



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

REGRAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Silmara Ferreira Piedade e Silva



Universidade de Brasília



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

ORIENTADORA: Vasti Gonçalves de Paula Correia

BRASÍLIA/2011

Silmara Ferreira Piedade e Silva

REGRAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Itapetininga. Orientadora: Professora Vasti Gonçalves de Paula Correia

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

Silmara Ferreira Piedade e Silva

Regras e Limites na Formação da criança

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB.

Apresentação ocorrida em ___/___/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ORIENTADORA: Vasti Gonçalves de Paula Correia

EXAMINADORA: Elisângela Duarte Almeida Mundim

Silmara Ferreira Piedade e Silva

BRASÍLIA/2011

Dedico este trabalho...

A Deus pela oportunidade que proporcionou.

Aos meus pais Lúcio e Zezé pela criação que me deram.

Ao meu filho Thiago Henrique Piedade e Silva e ao meu namorado Leandro pela tolerância de minha ausência, pelo incentivo que me ofereceram para nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Professora Vasti Gonçalves de Paula Correia, pela sua grande capacidade de liderança e presença de “abelha” em minha vida, a quem dedico esta.

A todos os professores, mestres e doutores dos que estiveram conosco, pelo convívio pessoal e virtual fraterno, pela amizade e pelos grandes incentivos.

Aos colegas, amigos da turma pelo envolvimento e apoio no ambiente virtual, e pelas trocas de conhecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo compreender e ao mesmo tempo apresentar maneiras de auxiliar pais e educadores na difícil tarefa de estabelecer e impor limites, estabelecer regras claras, exigindo o seu cumprimento, não com autoritarismo, mas com autoridade. A metodologia utilizada foi à observação realizada com crianças em sala de aula e no recreio escolar. Também foram feitas entrevistas com pais e professores, onde responderam a um questionário. Os dados coletados foram registrados e sujeitos à análise e reflexão. A pesquisa bibliográfica teve como referencial teórico os estudos de Jean Piaget, Yves De La Taille, Tânia Zagury, Içami Tiba sobre o desenvolvimento moral na criança. O estudo pretendeu, também, identificar a postura de pais e educadores na determinação dos limites e da disciplina como componentes necessários à formação da criança e do adolescente e discutir sobre limites na formação das crianças, que é de extrema importância principalmente no momento em que se procura efetivar a sua inclusão nos ambientes sociais. As informações obtidas foram importantes para a compreensão e entendimento do tema em foco, visto que reforçaram as considerações finais deste documento. As contribuições do referencial teórico fundamentaram às observações obtidas no trabalho, que trouxe conhecimento suficiente às futuras pesquisas sobre a temática em ação. Os dados obtidos foram os objetivos da pesquisa, contextualizando que a falta de respeito tem se mostrado a grande consequência da falta de limites, provocando um mal estar nos indivíduos que convivem diariamente com crianças que manifestam tal dificuldade. Ratificando que a ausência de limites provoca baixo rendimento escolar, dificuldades na interação social, baixa auto-estima.

Palavras-chave: limite, educação, disciplina, regras.

SUMÁRIO

I-RESUMO	7
II- APRESENTAÇÃO	9
III-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
A importância do limite na formação da criança_	15
Considerações acerca do limite nas crianças com necessidades educacionais especiais	20
Regras e limites na família	21
Limites na escola	29
IV-OBJETIVOS	40
V-METODOLOGIA	42
Os sujeitos	46
Os instrumentos	48
VI-RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
Limites estabelecidos pela família	49
Os limites no trabalho docente	54
A autoridade da escola e do professor	59
VII-CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
VIII-REFERÊNCIAS	64
IX- ANEXOS	67
Apêndice A: Carta de Apresentação	67
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	69
Apêndice C: Entrevista 1 - Pais	71
Apêndice D: Entrevista 2 - Professoras	73

APRESENTAÇÃO

Os filhos sentem-se amados pelo interesse que os pais demonstram mesmo não estando com eles o dia inteiro. E seguros quando os pais tomam atitudes repreensivas com eles o dia inteiro. É seguro quando os pais tomam atitudes repreensivas ou aprovativas, porque nelas encontram referências.

(Içami Tiba, 1996)

Transformar crianças e jovens em cidadãos é tarefa de toda sociedade: pais educadores, meios de comunicação e Estado. Cabe a cada um assumir o seu papel na construção moral e ética das futuras gerações. O trabalho em parceria é a certeza de uma sociedade bem equilibrada, justa e solidária não podemos lavar as mãos diante de nossa responsabilidade.

A família, como o primeiro núcleo social da criança, deve dar os primeiros passos no processo educativo, pois o aprendizado sobre valores e regras de conduta começa na instituição família. É no círculo de pessoas mais próximas pais, irmãos, avós, que as crianças têm contato com limites e modelos de comportamento.

Na família as relações sociais dependem da afetividade e o respeito aos pais tem a ver com amor. A criança aceita regras e limites porque confia nos pais, achando-os sábios.

É preciso estabelecer limites firmes, claros e consistentes para que as crianças desenvolvam respeito aos valores e as regras.

A escola, como um núcleo social secundário, representa a passagem do espaço privado da casa para o espaço público da sociedade, pois os professores ocupam lugares passageiros na vida da criança.

É na escola que se dá o contato com os colegas de classe, o circuito de relações sociais se amplia e a possibilidade de interação também. É um espaço protegido, ideal para desenvolver respeito mútuo, integridade, justiça honestidade, lealdade, solidariedade, responsabilidade, contando sempre com a intermediação dos educadores.

A convivência de alunos vindos de diferentes famílias, com valores próprios torna tudo mais complexo, mas acrescenta a riqueza da diversidade. É importante que a família e escola tenham discurso e práticas concordantes.

Para Antunes (1999), devemos ter regras, exigir que sejam cumpridas, porém com doçura e serenidade.

As crianças e adolescentes precisam ouvir não e, muitas vezes, a palavra firme de alguém substitui a fragilidade com que as negociações são trabalhadas em família. Os pais e educadores não podem hesitar em usar não. Uma excelente maneira de habituar uma criança ou adolescente à disciplina que todos queremos é a segurança em perceber que no futebol, na casa, na rua, na vida e na escola existem regras e existe serenidade de quem as relembra e cobra.

La Taille (2002) descreve: “limite” é uma palavra que tem voltado á tona ultimamente. É empregada com frequência em geral de forma queixosa: “Essas crianças não têm limites!”; ou então com um quê de autoritarismo: “É preciso impor limites!”; ou ainda com críticas á família do vizinho ou dos alunos; “Esses pais não colocam limites! A obediência, o respeito, a disciplina, a retidão moral, a cidadania, enfim tudo parece estar associado a essa metáfora. Tudo talvez, mas não todos. De fato, quem supostamente carece de limites é sempre uma criança ou um adolescente. Um adolescente que dissesse “Esses adultos não têm limites” causaria estranheza e riso. Um adulto que se expressasse da mesma forma referindo-se ao jovem seria escutado e aprovado. Sempre foi assim e parece que sempre será: para geração mais velha, a mais nova é desregrada, frívola sem juízo e ameaçadora.

Lembramos, porém um fato importante e nunca suficientemente enfatizado: os jovens são reflexos da sociedade em que vivem, e não uma tribo de alienígena misteriosamente desembarcada em nosso mundo com costumes bárbaros adquiridos não se sabe onde. Se for verdade que eles carecem disso que chamamos de limite, é porque a sociedade como um todo deve estar privada deles. “Esses alunos não têm limites!” se algum adolescente proferir tal diagnóstico deveremos dar-lhe algum crédito.

Quando nos referimos a limites, à sua falta, à necessidade de sua imposição? São as respostas destas perguntas que serão desenvolvidas aqui. No final do

caminho, poderemos identificar se é verdade que a falta de limites verifica-se em muitas pessoas (não apenas nos jovens), é também verdade que o excesso dele sufoca a maioria. Para compreendermos essa aparente contradição, é preciso trabalhar o sentido dessa bela metáfora, hoje maltratada pelo seu emprego exclusivamente restritivo.

Aspiramos um mundo melhor do que o nosso para as novas gerações. Acreditamos nessa possibilidade e por isso estamos buscando novos caminhos para educar os filhos e os alunos. O que legitima e qualifica nosso trabalho é esse caráter transformador. Por conseguinte, nossas ações são como espelhos daquilo que acreditamos ser o melhor para ser mantido ou modificado na educação de crianças e adolescentes. Elas mostram invariavelmente uma intencionalidade e têm uma diretividade.

A arte de educar criança e adolescente nos leva a importância desta pesquisa, pois assim poderemos juntamente com pais e educadores, através de um estudo da realidade, conhecer melhor as dificuldades e crenças que surgem no dia de uma família e de uma escola.

Precisamos perceber a posição dos pais e educadores sobre a necessidade de limites na formação da personalidade da criança e do adolescente, a percepção diante da inter-relação entre limite e aprendizagem a postura de pais e educadores quanto ao seu papel na determinação de limites.

Poderemos, assim, auxiliar pais e educadores diante da difícil tarefa de educar, pois não temos “receita”, mas podemos buscar respostas que possam ajudar pais e educadores.

Cury (2003) faz uma colocação que nos faz refletir diante da educação das crianças e dos jovens; estamos informando e não formando.

Não estamos educando a emoção e nem estimulando o desenvolvimento das funções mais importantes da inteligência, tais como contemplar o belo pensar antes de reagir, expor e não impor as idéias, gerenciar os pensamentos e ter espírito empreendedor. Estamos informando os jovens e não formando sua personalidade.

Os jovens conhecem cada vez mais o mundo em que estão, mas quase nada sobre o mundo que são. No máximo conhecem a sala de visitas de sua própria personalidade. Quer pior solidão do que esta?

O ser humano é um estranho para si mesmo! A sua educação tornou-se seca, fria e sem tempero emocional.

Os jovens raramente sabem pedir perdão, reconhecer seus limites, se colocar no lugar dos outros. Qual é o resultado?

Esta pesquisa é uma busca de algumas respostas que ainda estão ocultas em nossos pensamentos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabemos que a criança é um ser em desenvolvimento e, para que aprenda, necessita de trocas com o ambiente social. Essas relações que estabelece facilitam o aprendizado, o desenvolvimento de habilidades e o enriquecimento das capacidades cognitivas e afetivas.

Cada ser humano possui marcas bastante particulares que o diferenciam de todos os demais e que o caracterizam em sua unicidade.

Vigotsky (1991) criou uma teoria de desenvolvimento da mente humana que, ainda nos dias atuais, traz contribuições significativas para a educação. Sua teoria, também conhecida como Sócio-Histórica ou Histórico-Cultural, tem se constituído como base para as práticas educativas. Enfatizou a importância do convívio social, afirmando que as práticas educativas, formais e informais, são meios sociais para organizar uma situação de vida, a fim de promover o desenvolvimento mental da criança.

Regras e limites são importantes não apenas para ensinar bons comportamentos, conter impulsos e determinar quem manda em quem. Os limites também ajudam os pequenos a se situarem frente às coisas. Eles passarão a ter noções do certo e do errado e saberão que no mundo lá fora também se depararão com regras.

Segundo Sobrinho (1999), a criança necessita de trocas para que haja desenvolvimento e aprendizagem.

Conforme Zagury (2002), dar limites é ensinar que os direitos são iguais para todos; ensinar que existem outras pessoas no mundo; fazer que a criança entenda que seus direitos acabam quando começam os direitos dos outros; dizer sim sempre que possível e “não” sempre que necessário; ensinar a tolerar pequenas frustrações enfim ensinar a conviver.

As crianças necessitam de limites para poderem administrar os problemas do dia-a-dia e assim poderem se tornar adultos equilibrados.

Ainda conforme Zagury (2002), afirma ainda que dar limites não é bater nos filhos; fazer só o que os pais querem ser autoritário, impor a lei do mais forte; gritar com as crianças, deixar de atender as necessidades reais dos filhos porque você está cansado, invadir a privacidade que todo ser humano tem direito; provocar traumas emocionais com agressões físicas ou morais.

Buscaglia (2002) reforça dizendo que dar limites envolve deixar claro para a criança o que os adultos consideram correto.

Criar filhos é uma arte antiga. Para se desempenhar bem esse papel, você deve recorrer aos seus recursos internos ocultos e fazer uso de vários apoios externos.

Os pais amam seus filhos. Mas amor é mais que um sentimento caloroso; envolve também alguma habilidade. Os terapeutas de famílias dizem que os pais precisam ter duas qualidades básicas às qual Steven Biddulph (2003) denomina de amor suave e amor firme.

Na concepção de Aquino (1996, p.47), a escola e a família são as duas instituições responsáveis pela educação num sentido amplo. O processo educacional depende da articulação desses dois âmbitos institucionais. Um não substitui o outro, devem sim, complementar-se. Se tanto a família como a escola são as principais responsáveis pela formação da criança ou o adolescente, é preciso que haja coerência entre princípios e valores de uma e outra, evitando confrontos entre professores, alunos, família e escola, o que favoreceria a rebeldia e a indisciplina dos alunos.

Segundo Zagury (2002), quando há relacionamento afetivo, qualquer caso pode ser revestido em pouco tempo. O professor como intelectual não pode ficar no nível do senso comum de mera constatação dos fatos, precisa ir à raiz do problema, compreender suas múltiplas e complexas causas, a fim de poder assumir a parte que lhe cabe, se articular com outros segmentos compreendidos; ajudar na tomada de decisões e consciência e no assumir responsabilidades dos demais setores implicados (sensibilização, denúncia, pressão etc.); se envolver na luta pela mudança das estruturas maiores que geram os problemas (na sociedade, no sistema de ensino na escola).

- **A Importância do limite na formação da criança**

As crianças necessitam de limites desde o momento que nascem estabelecer limites e criar rotinas, faz com que as crianças sintam-se mais seguras.

Crianças seguras são crianças mentalmente saudáveis, que conseguem se relacionar melhor com os outros e consigo mesma.

O mundo é cheio de regras para respeitarmos, regras na sociedade, e é preciso aprender em casa, depois na escola, para enfim, concluirmos na sociedade.

As crianças precisam de uma definição até para coisas mais simples, como hora de dormir, de comer, de tomar banho, de estudar, do que pode ou não ser assistido, enfim pequenas coisas que fixam padrões e definem regras de comportamento para toda vida.

Elas querem e precisam sentir confiança e segurança em seus pais, porque disso depende sua própria segurança.

Quando deixam se dominar pelos seus filhos, suas vontades e desejos estão criando filhos com uma probabilidade de frustração nas relações pessoais.

Os pais devem ensinar seus filhos, cada um respeitando o outro, nos seus direitos nas suas dificuldades, cumprindo seus deveres, podendo compartilhar das alegrias e tristezas, das vitórias e dos fracassos, transformando-os assim, em cidadãos respeitados e que respeitam a individualidade de cada um.

Segundo Tiba (1996), a criança está descobrindo o mundo que, de certa maneira, os pais construíram e com o qual convivem, portanto estão acostumados com ele. Para a criança tudo é novidade. O pode ou o que não pode é um critério estabelecido pelos pais, que terá consequência na conceitualização da liberdade pessoal.

Segundo Zagury (2002), dar limites é ensinar que os direitos são iguais para todos; ensinar que existem outras pessoas no mundo; fazer que a criança entender que seus direitos acabam quando começam os direitos dos outros; dizer sim sempre

que possível e “não” sempre que necessário; ensinar a tolerar pequenas frustrações enfim ensinar a conviver.

A criança que, ao contrário, não aprende a ter limites, que tudo quer e tudo pode, tende a desenvolver um quadro de dificuldades como descontrole emocional, histéria, ataques de raiva, distúrbio de conduta, desrespeito aos pais, colegas e autoridades incapacidade de concentração, dificuldade par concluir tarefas, excitabilidade e baixo rendimento, agressões físicas se contrariando.

Segundo Gomide (2008), os pais devem sim estabelecer regras. Estas devem ser poucas, progressivas e possíveis de serem cumpridas. Precisam ser aplicadas logo após o comportamento inadequado ter ocorrido. O castigo nunca deve provocar dor ou privação de necessidades básicas. Jamais usar a retirada do carinho, do afeto como castigo.

As crianças necessitam de limites para poderem administrar os problemas do dia-a-dia e assim poderem se tornar adultos equilibrados.

Zagury (2002), afirma ainda que dar limites não é bater nos filhos; fazer só o que os pais querem ser autoritário, impor a lei do mais forte; gritar com as crianças, deixar de atender as necessidades reais dos filhos porque você está cansado, invadir a privacidade que todo ser humano tem direito; provocar traumas emocionais com agressões físicas ou morais.

Dar limites não é uma questão de opção, pois na verdade há uma progressão de problemas que podem derivar de falta de limites.

O autor Biddulph (2003), afirma que se fossemos acreditar na mídia, pensariamos que as crianças nada mais são que um grande problema: problema de comportamento, problema de educação, problema de saúde.

Isso é uma terrível contradição, pois na realidade as crianças são uma bela dádiva. No fundo do coração nós sabemos disso, mas às vezes nos esquecemos. Mas há verdadeiros desafios em educar filhos. De início você deve pensar na coisa fantástica que tem a seu encargo moldar uma nova vida lançar um maravilhoso ser humano no futuro. Você dará e receberá.

Criar filhos é uma arte antiga. Para se desempenhar bem esse papel, você deve recorrer aos seus recursos internos ocultos e fazer uso de vários apoios externos.

Os pais amam seus filhos. Mas amor é mais que um sentimento caloroso; envolve também alguma habilidade. Os terapeutas de famílias dizem que os pais precisam ter duas qualidades básicas às qual Biddulph (2003) denomina de amor suave e amor firme:

- O amor suave é capacidade de relaxar e dar carinho e afeição.
- O amor firme é a capacidade de ser bom, porém firme, com os filhos: criar regras que sejam cumpridas, sem se irritar, sem fraquejar e sem ceder.
- O bom pai se dispõe a ser duro com os filhos porque sabem que isso os ajudará a ter uma vida mais feliz.

Sem uma certa firmeza dos pais, elas não desenvolvem controles internos e agem eternamente como se tivessem dois anos de idade, mesmo tendo cinco, quinze ou vinte e cinco sem uma disciplina interna, a vida da criança torna-se uma grande confusão. Os pais que permitem que os filhos façam o que querem, deixam esses filhos incapacitados para viverem no mundo real. Quando não conseguem ser felizes, não arranjam emprego, não se casam, vivem sozinhos, irritados e muitas vezes acabam na cadeia. Por outro lado a criança que teve que observar certa disciplina aprende a negociar no mundo, a se manter longe de encrenca, e sente-se livre.

A disciplina (limite) implica dar-se bem consigo mesmo e com os outros. Depois do amor, não há nada mais importante que dar disciplina aos seus filhos. Mas não é o tipo de disciplina tradicional.

O método de disciplina que Biddulph (2003) recomenda é o do amor firme, ou seja, intervir por amor à criança. O pai que usa o amor firme diz “Eu te amo muito e por isso não vou deixar que você se comporte assim”. É uma combinação de amor com firmeza. Esses pais não batem, não prejudicam e não culpam os filhos; mas são firmes.

O limite na formação da criança é de extrema importância, quando a criança nasce, ela é hedonista e egocêntrica, mas, mais do que isso, a criança não tem noção de valores, por isso precisamos mostrar às crianças o que se pode fazer porque vivemos num mundo regulamentado.

A criança que não recebe orientação e é atendida sempre que grita, bate, quebra as coisas, xinga, a criança vai usar isso como forma de comunicação e controle do mundo e das pessoas.

Zagury (2002) diz que a criança que não aprende a ter limite cresce com uma deformação na percepção do outro. Só ela importa o seu querer o seu bem estar, o seu prazer. O egocentrismo natural nos primeiros anos, mas que deve diminuir nesse caso, nessa etapa está exacerbado, só cresce.

As conseqüências são muitas e freqüentes bem graves:

- desinteresse pelos estudos
- falta de concentração
- falta de capacidade de suportar quaisquer mínimas dificuldades
- falta de persistência
- desrespeito pelo outro: colegas, irmãos, familiares e pelas autoridades em geral.

A criança que encontra limite nos primeiros anos de vida aprende a se conduzir na sociedade, internaliza valores vivenciando o que é arte de conviver harmonicamente e civilizadamente numa sociedade, vai adquirindo respeito, por si e pelos outros, vai treinando o diálogo vai experimentando lutar pelos direitos, sem necessidade de agredir, nem chegar berrando, desrespeitando ou ofendendo os outros.

O limite é importante para equiparmos nossos filhos com um instrumental de relacionamento social que lhes permita interagir positivamente com o mundo. Que eles compreendam que, se trabalhaem e produzirem, poderão usufruir suas benesses.

O limite faz com que as crianças se tornem bons cidadãos, responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres, em vez de criaturas egocêntricas, anti-sociais, hedonistas ao extremo, sem capacidade de luta, sem tolerância à frustração e, em consequência, sem capacidade de adiar satisfação.

Segundo Durkheim (1974) enfatiza a necessidade de que pais e educadores em geral coloquem limites. Para que a criança desenvolva o sentimento do sagrado, do qual provêm os valores e regras morais (religião, pátria, sociedade, etc), várias estratégias são necessárias. Ao lado daquelas que visam promover o apego da criança a grupos sociais, existem outras de caráter claramente coercitivo, como a disciplina e os castigos. Em relação à disciplina, Durkheim a considera “um fato sui generis da educação, pois há caráter moral elementos essenciais que só dela podem derivar”. E isso por razão essencial a disciplina como a moral regula condutas, prescreve ações. Ora como a criança não é naturalmente dotada da capacidade de dominar os próprios desejos, cabe a educação incutir-lhe o “espírito” de disciplina, isto é hábitos de conduta que representam e canalizam seus desejos.

Para Durkheim (1992) uma educação totalmente libertária, que não regula de fora para dentro, as condutas das crianças, que não promove nelas espírito de disciplina, estão fadadas ao fracasso, sobretudo no que tange à formação moral: em vez de formar cidadãos conscientes de seus deveres, coloca na sociedade pequenos despostos; em vez de formar homens maduros e equilibrados, deixa-os presos nos turbilhões afetivos de sua infância.

Segundo Goleman (1997), apesar de Freud ter desenvolvido teorias afirmando que as crianças eram criaturas altamente sexualizadas e agressivas, a observação científica comprovou o contrário. A psicóloga social Louis Murphy, citada por Goleman (1997), por exemplo, que realizou estudos com bebês e crianças em idade pré-escolar nos anos 30, mostrou que, por natureza as criancinhas em geral têm bons sentimentos e se preocupam umas com as outras, particularmente com as que estão sofrendo.

Com difusão dessa crença na bondade intrínseca da criança, a partir da metade do século, houve uma mudança na concepção de Educação de filhos, e a sociedade adotou o que de Mause chama de “modo de ajuda”. Esse é período em que muitos pais estão abandonando os modelos rígidos e autoritários segundo os

quais foram educados. Hoje cada vez mais acham que seu papel é ajudar os filhos a se desenvolverem de acordo com os próprios interesses, necessidades e desejos.

Para isso, os pais estão adotando o que a teoria da psicóloga Diana Baumrind (1971), chamou pela primeira vez de estilo de paternidade “com autoridade”. Enquanto a característica dos pais autoritários é impor muitos limites e esperar obediência estrita da criança sem lhe dar explicações, os pais com “autoridade” impõem limites, mas são consideravelmente mais flexíveis e dão muitas explicações e muito carinho aos filhos. Baumrind (1971), também descreve um terceiro estilo de paternidade que ela chama de permissivo, em que os pais são firmes e comunicativos com os filhos, mas impõe menos limite. Em estudos que fez sobre crianças em idade pré-escolar nos anos 70, Baumrind (1971), verificou que os filhos de pais autoritários costumavam ser mais conflitados e irritados, enquanto os filhos de pais permissivos eram impulsos e agressivos, inseguros e pouco realizados. Mas os filhos de pais com autoridade tinham mais boa vontade, eram mais seguros, enérgicos, simpáticos e ambiciosos.

- **Considerações acerca da construção de limites em crianças com NEE.**

Para a criança com necessidades especiais é extremamente importante estabelecer regras e dar limites.

Gherpelli (1995), diz que embora muitas vezes gerem conflitos e desastres aos pais, será importante que não desistam e acreditem nas capacidades da mesma, e que as expectativas sejam sempre dentro de possibilidades viáveis para a criança. Afirma ainda que a falta de limites possa tornar a criança medrosa e até inconveniente em certos momentos. Conforme Gherpelli (1995), muitas vezes, em virtude do sentimento de culpa ou por uma confusão entre estabelecer limites e rejeição, se dá uma total permissividade para a criança, com atitudes superprotetoras, como se os limites não fossem indispensáveis as mesmas. É necessário, entretanto coerência, persistência e paciência por parte dos pais.

Sobrinho (1999) destaca que as crianças com necessidades especiais apresentam dificuldades significativas no seu desenvolvimento, algumas com

atrasos cognitivos outras com atrasos generalizados, comportamentos inadequados ou ainda anti-sociais.

Já o autor Buscaglia (2002) reforça dizendo que dar limites envolve deixar claro para a criança o que os adultos consideram correto. Para as crianças especiais, o autor reforça que essas também precisam de limites reais, a fim de que tenham a clareza do que é esperado dela e percebam que o mesmo é exigido dos demais.

Outeiral (2003) afirma que nenhuma criança nasce com a noção de limites, sendo que essa noção será adquirida através do processo de identificação, que fará inicialmente com os pais e após com professores e demais relacionamentos. Machado (2002), acrescenta ainda que é na família que a criança iniciará suas primeiras normas e leis de convivência.

Podemos acreditar, assim, que os limites para a criança com necessidades especiais favorecerão na sua organização mental, facilitando um comportamento adequado socialmente, mesmo que apresente uma menor capacidade de entender as regras e de suportar frustrações.

- **Regras e limites na Família**

A falta de limites vem nos preocupando muito, o fato é que num mundo conturbado em que vivemos hoje, os pais estão cada vez mais liberais, talvez com a falta de tempo com os filhos, talvez pela facilidade de dizer um sim e a dificuldade de se expressar um não.

Segundo Tiba (1996) a permissão não se expressa simplesmente em uma frase: "Você pode" Às vezes nestá implícita no olhar, no tom de voz. Quantas vezes nós ouvimos uma proibição com uma tonalidade de permissão! Por exemplo, a criança vai fazer uma coisa, a mãe fala não, mas o filho faz assim mesmo e nada lhe acontece. É um sim.

Criar filhos não é uma tarefa fácil, os pais estão sempre se sentindo culpados e dizer sempre sim não os isenta da culpa, pelo contrário, poderá comprometê-lo mais.

Hoje a tarefa de estabelecer limites parece cada vez mais complexa, pois os valores estão cada vez mais ausentes.

Há algum tempo quando os pais eram mais rígidos as regras eram impostas e não discutidas, existiam pais mais seguros, até por ignorarem as conseqüências vindas de tal rigidez, hoje os pais têm tantas informações e poucas soluções que estão cada vez mais inseguros, tementes às conseqüência de suas atitudes.

Os pais devem tentar encontrar o equilíbrio entre o sim e o não, a rigidez e a liberalidade.

Precisam dizer não de forma convincente e segura, não podem deixar o não soar como um sim precisam ter certeza do que querem em relação aos seus filhos.

É necessário terem clareza naquilo que falam ou fazem para que não haja ambigüidade em seu posicionamento; independente da forma como foram criados ou inúmeras leituras existentes com falha na compreensão de alguns conceitos, devem fazer com segurança aquilo que acreditam.

Precisam ser firmes, mas não grosseiros, ser seguros, jamais agressivos, revelar aquilo que sabem ou pelo menos pressupõem que levará seus filhos à sociedade com integridade, honestidade.

Zagury (2002) coloca que uma das grandes preocupações dos pais refere-se às modas e manias que surgem, de tempos em tempos, e às quais os adolescentes são bastante suscetíveis. Este problema enquadra-se numa gama mais ampla de dúvidas dos pais modernos; “O que proibir como proibir e quando proibir”.

Quando a criança pode fazer tudo o que deseja, têm tudo o que quer receber uma educação extremamente permissiva na adolescência, fase esta, de auto-afirmação, de “auto-suficiência”, impor limites será mais difícil e qualquer proibição será mal recebida, esse quadro poderá até ser revertido, mas essa mudança de postura implicaria em muitos conflitos.

A criança, se, desde pequena, viu nos pais de autoridade, será mais fácil o controle.

Os pais devem repensar se deve ou não proibir filhos de usarem brincos ou cabelos compridos, pois acabam desperdiçando muitos de suas energias com coisas desnecessárias e deixarem de agir nas que são de fato importantes e precisam observar quais as discussões realmente importantes, como, fortes tendências a bebida ou excesso de cigarros, falta de vontade de estudar, daí o limite “vale à pena”.

Segundo Zagury (2002) é muito mais produtivo para os pais determinarem a priori quais as linhas essenciais da educação que pretendem para seus filhos e aí sim, lutar por elas e delas não abrir mão. Nesses casos sim, usa a autoridade se for necessário porque são assuntos vitais para o desenvolvimento saudável e harmônico dos filhos.

Para que os pais tenham uma relação saudável em casa, onde os limites são colocados e respeitados é preciso que o pai e a mãe falem a mesma língua e não joguem a responsabilidade de dizer “não” e mantê-lo apenas de um.

Ainda conforme Zagury (2002) coloca que está queixa é muito freqüente, tanto da mulher queixando-se do marido, como o contrário.

Quando duas pessoas resolvem formar uma família e assumem a tarefa de educar é importante que troquem idéias, discutam as situações para poderem juntos resolver os problemas ou pelo menos enfrentá-los.

Educar os filhos é muito difícil, porque os pais gostariam de agradá-los sempre, mas devem fazer o que é necessário para que eles cresçam emocionalmente saudáveis.

Qualquer que seja o caso; separação, vida progressa ou experiências pessoais diferentes, não importa. Ao se conscientizarem do prejuízo emocional e educacional que estão trazendo para os filhos essa dualidade de atitudes, com certeza, começarão a conversar.

As divergências e os modos de pensar diversos são muito comuns, mas pelo bem dos filhos, os pais devem entrar num acordo, mesmo que muitas vezes, isso seja muito difícil.

As crianças apresentam agressividade, fazem birra e a função dos pais é colocar limites, muitas vezes ouvimos pais dizendo “parece que eles estão me

testando” e realmente estão. Os pais devem adotar atitudes firmes, mas necessárias para o crescimento saudável dos filhos.

Segundo Tiba (1996) a melhor disciplina é a regida pela liberdade. Contudo, muitos pais se perdem nela. Liberdade é poder material e psicológico, mas só tem valor quando associada à responsabilidade. A liberdade absoluta não existe. Ela é sempre relativa a algo.

A família é a primeira escola do aprendizado emocional, pois os pais precisam perceber os sentimentos dos filhos.

Os filhos aprendem com os pais como funciona a emoção, a capacidade de controlar os impulsos, as relações com a sociedade, convivência com altos e baixos da vida cabe aos pais orientá-los.

Para Goleman (1997) a comunicação entre pais e filhos deve sempre preservar o amor próprio de ambas as partes. As afirmações de compreensão devem proceder, os conselhos. Os pais não devem dizer aos filhos como devem sentir-se porque isso faz com que as crianças não confiem no que sentem. Para Ginott (1995) nem todo tipo de comportamento é aceitável, ao passo que todos os sentimentos e desejos são. Por conseguinte, os pais devem reprimir as ações, porém não emoções e desejos.

Como ensina Ginott (1995) à criança deve entender que seus sentimentos não são o problema, seu mau comportamento sim. Por isso os pais têm que impor limites aos atos e não os desejos.

Que tipos de comportamentos os pais devem reprimir? Ginott (1995) não dá uma resposta curta e simples a essa pergunta, o que segundo Goleman (1997), está certo. Os pais devem estabelecer regras para os filhos baseadas em seus próprios valores. Porém Ginott dá certa orientação no que diz respeito à permissividade, que ele define como aceitar que as crianças seja criança. Permitir certos comportamentos “traz confiança e estimula a capacidade de expressar sentimentos idéias”. Excesso de permissividade, que ele define como aceitar atos indesejáveis, como comportamentos destrutivos. Deve-se evitar excesso de permissividade por ser algo que causa ansiedade e faz com que cada vez mais, a criança exija privilégios que não podem ser concedidos.

Ginott (1995) sugere que os pais considerem um sistema de regras baseados em três “zonas” de comportamento verde, amarela e a vermelha. A zona verde abrange o comportamento aceito e desejado. É a maneira que os pais querem que os filhos ajam; nessa zona, tudo é permitido. Na zona amarela, encontram-se aquelas atitudes inconvenientes, porém toleráveis por dois motivos específicos. O primeiro é “liberdade para quem está aprendendo”. O segundo é “condescendência para momentos difíceis”. Na zona vermelha, fica o comportamento intolerável em qualquer circunstância. Inclui também comportamento ilegal ou o que você considera imoral, antiético ou socialmente inaceitável.

Goleman (1997) ressalta que ao impor limites de comportamento, os pais devem informar a criança sobre as conseqüências da transgressão. Quem se comporta bem pode receber atenção elogios, privilégios ou recompensas. Quem se comporta mal pode não receber atenção, receber privilégios, não ganhar recompensas. As crianças respondem melhor se as conseqüências são constantes, justas e associadas à suas ações.

Segundo Zagury (2001), se os pais elogiam ou premiam os atos positivos os filhos aprendem que atitudes socialmente aprovadas podem lhe trazer grande prazer. É assim que se dá início à formação do cidadão.

Precisam-se aproveitar as oportunidades que acontecem diariamente, recompensar os filhos, mas especialmente recompensá-los com carinho, afeto e palavras de estímulo.

Gomide (2008) afirma acompanhamento e interesse positivo informam à criança que ela é amada. Este é o passo inicial para a construção de uma pessoa segura e feliz.

Os pais devem sempre lembrar que premiar é melhor que castigar, bater ensina a temer e pode até evitar algumas atitudes inadequadas. Mas a verdadeira aprendizagem só ocorre quando a criança compreende que errou e, especialmente, quando sente que pode refazer o caminho e acertar.

Premiar é forma muita boa de começar dar limites, porém, os pais devem agir com equilíbrio.

Os pais sabem também que sempre os elogios funcionam, as crianças devem ter bem claro o que pode ser feito, conhecer regras, deixar explícitas algumas situações e assim fazer assumir consequência de suas atitudes.

Os pais devem cumprir e fazer com que se cumpram as regras, se em uma determinada situação a criança insistir em não cumprir o que foi previamente combinado, não será necessário que ela arque com as consequências da sua decisão. É assim que vai ensinando responsabilidade.

Zagury (2002) afirma que coerência, segurança, justiça e igualdade são imprescindíveis quando se fala em responsabilidade e consequência:

- Toda consequência ou responsabilização devem ser adequadas os atos;
- As consequências por atos positivos e adequados não podem nem devem ser esquecidas. Premiar atitudes positivas é tão importante quanto não deixar de corrigir os erros;
- Premie ou responsabilize sempre com justiça, nunca exagere nos prêmios nem nas consequências;
- Trate seus filhos com igualdade, não tenha dois pesos e duas medidas;
- Seja coerente em suas atitudes educacionais. Aja com isenção e maturidade;
- Preserve sua maturidade emocional.

Segundo Goleman (1997), as famílias saem-se melhor com todos que estabelecem limites e permitem que a criança conserve o senso de dignidade, auto-estima e poder. Quando lhe impõe regras que ela é capaz de compreender e ela sente que alguém controla sua vida a criança costuma se comportar melhor. Quando aprende a regular as emoções negativas não precisa ser tão disciplinada e reprimida pelos pais. É tendo os pais como aliados justos e confiáveis, a criança se dispõe mais a buscar soluções para os problemas mútuos.

Na opinião de Biddulph (2003), os pais devem usar os métodos do amor firme, podendo assim, deixar de bater e de culpar seus filhos. Com o amor firme as crianças aprendem a assumir consequências. Ele sabe que realmente não é, e os

pais não devem ceder para que eles percebam que os pais estão seguros em suas decisões.

Os pais devem impor limites para preparar seus filhos emocionalmente para a vida.

Goleman (1997) define a idéia de quando os filhos sentem-se emocionalmente ligados aos pais e os pais usam este elo para ajudá-lo a regular seus sentimentos e resolver seus problemas as conseqüências são boas.

As crianças que aprendem limites desde cedo, demonstram um preparo emocional, têm melhor desempenho escolar, demonstram-se mais saudáveis e mais sociáveis. Têm menos problemas de comportamento e se recuperam mais facilmente de experiências tristes.

Quanto à postura dos pais com relação à escola, Zagury (2002), ressalta que se os pais ficam muito mobilizados emocionalmente por tudo que seu filho lhe conta, cuidado! Isso pode conduzi-los a algumas atitudes impensadas, que ao contrário de ajudar, pode levar seu filho ao fracasso escolar e atitudes de prepotência, falta de limites e desrespeito a autoridade. Pensando em dar amor, podem-se dar exemplos de arbitrariedade, individualismo, egocentrismo, tudo que nenhum pai deseja ensinar aos filhos.

Se os pais agirem de acordo com os itens abaixo, citados por Zagury (2002), devem saber que seus filhos não estarão protegidos, ao contrário, os pais estarão muito distorcidos e dessa forma aprenderão é que “faça o que fizer o papai e mamãe aparecerão para tirá-lo da encrenca”. Em assim, poderá, por exemplo, deixar de estudar, repetir o ano, fazer somente o que tiver vontade e do jeito que quiser.

- Aceite tudo que seu filho contar sobre a escola, nunca duvide do seu filho.
- Assim que ele lhe contar alguma coisa que vocês consideram absurda, vá correndo lá e brigue bastante com todo mundo.
- Ameace o professor de conseguir sua demissão quando seu filho, tão estudioso, tirar uma nota baixa. O professor persegue seu menino!

- Se a escola aplicar alguma sanção no seu filho, nunca aceite! Vá lá e amace o diretor de trocar seu menino de escola.
- Se seu filho contar alguma coisa que o professor fez e qual com não concorda, diga-lhe que vai tomar providências imediatas, porque ninguém faz isso com seu filho, coitado!
- Assegure a seu filho que, amanhã mesmo, irá na escola exigir que passem menos tarefas e trabalhos, quando seu filho disser que anda muito cansado. Afinal, indiretamente quem paga o salário do professor são vocês pais!
- Quando marcarem uma prova entre o feriado e o fim de semana, vá lá e exija que a data seja alterada. Onde já se viu impedir a família toda de viajar?!
- Quando seu filho não tiver estudado o suficiente para uma prova, aconselhe-o, a faltar e depois leve um atestado e peça 2º chamada.
- Se seu filho for reprovado por poucos pontos. Vá pedir aos professores os pontos que faltam.
- Se não conseguir que dêem os pontos; mude-o de escola, afinal seu filho pode ficar constrangido ao encarar os colegas que foram diante.
- Se seu filho chegar atrasado e a escola não permitir sua entrada, faça um escândalo! Afinal o que é mais importante ser pontual ou assistir às aulas?
- Seu filho foi pego colocando e tirando a prova dele, vá lá e dê aquela bronca! Afinal, quem não cola? Foi só ele? E os outros que não foram pegos?

Zagury (2002) ressalta que pais que quiserem ser superprotetores, fazendo com que todas as tentativas da escola de formar seu filho de forma responsável fracassem, ajam das formas descritas acima. Com essa postura os pais estarão ensinando aos filhos que são pessoas perfeitas, sem erros.

Em curto prazo, esses filhos jamais aceitarão uma crítica, nem mesmo dos pais; jamais desenvolverão um espírito crítico e o equilíbrio emocional; acreditarão que o poder e o dinheiro são os valores que contam e não a justiça, a dedicação e a honestidade; eles aprenderão que há necessidade de aprender, mas sim, de “passar de ano”; eles acreditam que só o que pensam é válido e assim encontrarão grandes problemas de relacionamento futuro; estarão aprendendo que não precisam respeitar seus professores, eles aprenderão a distorcer um fato para utilizá-lo em proveito próprio; desenvolverão preconceito social e encontrarão diversas formas

para fugirem da responsabilidade. Enfim, com essa visão distorcida da realidade, poderão encontrar um caminho aberto para marginalização.

Zagury (2002) ressalta que existem maneiras de agir opostas as que foram citadas. Basta pensar que tantos os pais quanto à equipe escolar, querem a mesma coisa, pais e escola são parceiros nessa formação.

Transformar seus filhos em homem de bem, em cidadãos, pessoas maravilhosas, honestas, íntegras, saudáveis física, intelectual e psiquicamente de quem nos orgulharemos no futuro é uma tarefa árdua, que será executada pela família e pela escola.

Então, a família deve apoiar o trabalho da escola, não apoiar falhas, mas confiar na escola que escolheu para seu filho.

Fazendo ao contrário do que foi dito antes, você está ensinando para seu filho que a justiça só existe com o direito de defesa de todos; você está mostrando que confia na instituição que escolheu; ele aprenderá que resultados dependem de ação que acredita na importância da responsabilidade social de cada cidadão.

Os pais precisam encontrar a melhor forma de colocar limites e ajudar seus filhos crescerem mais equilibrados e mais saudáveis para lidarem com riscos e desafios futuros.

- **Limites na escola**

Aquino (1998) ressalta que sem escola não há cidadania sustentável, não há possibilidade de o cidadão ter acesso de fato, aos direitos constituídos. Afinal, tornar-se cidadão não se restringe ao direito de voto, por exemplo, mas incluir direitos outros com vistas a uma vida com dignidade e isso tudo ter a ver imediatamente com a escola, pois quanto menor for à escolaridade da pessoa, menores também serão suas chances de acesso às oportunidades que o mundo todo oferece e as exigências que ele impõe.

Entretanto, alguns poucos ainda parecem questionar a importância intrínseca da escolarização nos dias de hoje. Será isso plausível? De uma coisa estejamos

certo: num futuro bem próximo o mundo será implacável com aqueles sem escolaridade, afirma Aquino (1998). Pois bem, quando alguém se propõe investigar as razões desse “fantasma” do fracasso que ronda a todos nós, ultimamente tem aparecido, dentre as muitas razões alegadas pelos educadores, desde as ligadas as esferas governamental até aquelas de cunho social, uma figura muito polêmica é aluno problema”.

Segundo Antunes (2002), uma disciplina se define no primeiro momento em que o professor entra na sala de aula, se estabelece em primeiro instante, com clareza e segurança, consenso e firmeza ou então nada depois pode ser feito.

O que é uma classe disciplinada? O que é uma classe indisciplinada? O que é um aluno indisciplinado/ Até que ponto o professor é responsável pela indisciplinada da classe? E do aluno?

Para Antunes (2002), uma classe com indisciplinada é aquela que:

- Não permite professores oportunidades plenas para o desenvolvimento de seu processo de ajuda na construção do conhecimento do aluno.
- Não oferece condições para que os professores possam “acordar” em seus alunos sua pontencialidade como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania.
- Não permitir consciente trabalho de estímulo as habilidades operatórias, ao desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e vivência geradora da formação de atitudes socialmente aceitas em seus alunos.
- Em nenhum momento da definição apareceu à palavra “silêncio” ou a sugestão á quietude, mas sim a necessidade do professor construir conhecimentos, acordar pontencialidades, preparar par o trabalho e a cidadania, estimular habilidades operatórias e desenvolver esquema de aprendizagem significativa.

Precisamos, então, lutar contra a disciplina, estabelecer limites, e restaurar o respeito a mais digna entre todas as profissões.

Antunes (2002), afirma que a existência da disciplina na escola é como um incêndio na mata. A indisciplina quase sempre emana de três focos: a escola e sua estrutura, o professor e sua conduta e o aluno e sua bagunça.

A escola é, indiscutivelmente, um foco de indisciplina, muitas vezes por sua organização interna, por seu sistema de sanções pela integração e união entre sua equipe docente e administrativa, pelo estilo da autoridade exercida, mas, sobretudo, pela ausência de clareza como encara a questão disciplinar.

Muitas escolas parecem viver pela exaltação do “sucesso” de seus alunos, pela “glória” perversa que aplaudem apenas a informação, pelo “exito” enganoso com que se exhibe, tal como um quartel, como centro disciplinador e onde descaradamente se anuncia e se promete o autoritarismo que coloca às vezes o aluno na faculdade, mas à custa de sua irrecuperável robotização. Prepara os alunos, enfim, para o sucesso, jamais para a felicidade; para universidade, jamais para vida.

A escola para debelar o primeiro foco de incêndio precisa deixar claras as regras disciplinares, lúcidas e coerentes; diálogo sempre que necessário e críticas que são imprescindível para estabelecer canais límpidos de comunicação entre alunos, pais, diretores, orientadores e professores; criar um apoio para alunos com dificuldades cognitivas e emocionais, para pais que precisam de orientação e professores que necessitam de apoio, enfim, dar todo suporte para que o limite seja respeitado e exigido.

O segundo foco deve contar com bons profissionais, profissionais preparados ou com disponibilidade para tal.

O professor deve ser assíduo e pontual para exigir de seus alunos; devem estruturar suas aulas, explorando as habilidades operatórias, técnicas pedagógicas; precisa estabelecer limites do que se pode e que se não pode fazer, discutir e consensar os “sinais” de trânsito das atitudes; saber quando leva os cartões verdes, amarelos e porque podem receber o cartão vermelho.

Antunes (2002) ressalta que, ensinar não é fácil e educar mais ainda; mas não ensina e não educa quem não define limites, quem não constrói democraticamente as linhas do que é permitido.

Ninguém cresce se não é desafiado e todo jovem para crescer necessita estar desafiado isso mesmo, esse limites têm que ser claros, lúcidos, reiterados. A aula necessita estar internalizada no aluno, assim como as regras de um esporte em seu praticante.

Se os dois primeiros focos de incêndio foram, ainda que parcialmente, dominados, parece que o terceiro, de assustador e terrível, transforma-se em intenso e preocupante, mas com soluções previsíveis.

Para Antunes, estas devem ser adotadas antes que o problema se manifeste. São medidas profiláticas que impedem a doença, não remédios milagrosos que curam o improvável. Quais são as medidas usadas para conseguir o limite e o controle da disciplina?

- A aula é sempre para todos e a postura e posição do professor jamais pode deixar dúvidas sobre isso.
- Não deixe o aluno vir até você. Vá até ele. Bom senso tem quem vai até o aluno, procure-o em sua carteira, atenda-o com presteza, deixando esse aluno sentadinho em seu lugar.
- Calma e serenidade, se possível, é sempre imprescindível. Engula fundo, conte até dez, mas preserve a calma. Perdê-la é entregar-se à classe. Fale firme, mas sem raiva. Manter a calma e a serenidade é verdadeiro jato d'água contra a falta de limite e a indisciplina latente.
- Nada supera a alegria. O bom humor sereno e comedido. Alegria sem desrespeito é tiro certo na indisciplina, na confusão.
- Saber falar a linguagem do aluno. As orientações necessitam sempre ser claras, objetivas e explícitas. O que é óbvio para o professor pode não ser para o aluno.
- Autoridade sim, autoritarismo nem pensar. A tolerância é importante, mas regras são regras e para o bom árbitro não existem partidas fáceis ou difíceis, posto que as normas valem sempre, valem para todos.
- Olhos nos olhos, propõe Celso Antunes (2002), que o professor não fique preso ao quadro-negro, pois segundo ele, olhos não é apenas síndrome de paixão, é procedimento didático de imenso valor.

- O aluno precisa ouvir não e, muitas vezes, a palavra firme do professor substitui a fragilidade com que as negociações são trabalhadas em família. Não hesite em usar um Não.

Uma excelente maneira de habituar o aluno à disciplina que todos queremos, comenta Antunes (2002), é a segurança em perceber que no futebol, na casa, na rua, na vida e é claro, na escola existem regras e existe a serenidade de quem as relembra e cobra.

Existem alunos cuja grosseria, insolência, atitudes desafiadoras resistem e ultrapassam o limite de uma conduta serena por parte do professor e estes casos exigem a necessidade de uma intervenção especial, e, em consenso com seus pais quando possível necessitam ser encaminhados a outros profissionais especializados e em último caso, quando o problema ultrapassar a característica e a linha educacional da escola, não existe alternativa que sugerir sua transferência, porém isso deve ser muito bem analisado, para que a escola não admita sua incompetência para tratamentos mais específicos.

Para que os limites sejam estabelecidos, compreendidos e cumpridos é necessário que os pais vejam a escola como aliada, não criticá-la antes de ouvi-la; saber que estudar faz muito bem às crianças e os jovens; orientar seus filhos nas tarefas, mas sem fazer por ele; saber diferenciar com clareza situações em que resultados positivos na escola são frutos de esforços ou quando os negativos se relacionam à falta de dedicação dos filhos; incentivá-los com palavras e gestos de afeto, estímulo e compreensão, não facilitar nem permitir faltas, atrasos ou “enforcamento” de aulas ou dias letivos; ensinar os filhos a seguirem o regulamento da escola. Assim os pais e a escola estarão formando juntos bons cidadãos.

Para Zagury (2002), a escola é uma mini sociedade feita não para servir a um apenas, mas a todos os que freqüentam baseada nos princípios da igualdade de direitos e oportunidades, na justiça e na sociedade.

É tarefa de todos, principalmente os educadores, garantir uma escola de qualidade e para todos, indisciplina ou não, com recursos ou não, com pré-requisitos ou não, com suposto problemas ou não. A inclusão, pois passa a ser dever “número

um” de todo educador preocupado com valor social de sua prática e, ao mesmo tempo, cioso deveres profissionais.

Segundo Aquino (1998), existe três hipóteses para justificar a indisciplina, o fracasso escolar e a exclusão escolar.

A primeira hipótese explicativa é o aluno “desrespeitador”.

É obvio que uma relação de respeito é condição necessária, embora não suficiente, para o trabalho pedagógico. No entanto, podemos respeitar alguém por temê-lo, ou por admirá-lo. Mas, convenhamos, há uma grande diferença entre esses dois tipos de “respeito”. O primeiro funda-se nas noções de hierarquia e superioridade, o segundo, mas de assimetria e diferença.

Aquino afirma que a indisciplina está indicando também uma necessidade legítima de transformação no interior das relações escolares e, em particular na relação professor-aluno.

A segunda hipótese explicativa é o aluno “sem limite”.

Hipótese, esta, muito em voga no meio escolar, Aquino, produto de nosso suposto e, às vezes, perigoso “bom senso” prático, diz respeito à suposição de que “as crianças de hoje em dia não reconhecem a autoridade, não respeitam as regras, e a responsabilidade por isso é dos pais, que teriam se tomado muito “permissivos”. Quase todos parecem concordar com essa hipótese do “déficit moral” como explicativa da indisciplina.

Na opinião de Aquino (1998), esse tipo de entendimento da questão disciplinar mais de cunho psicológico, merece pelos dois reparos, com relação à idéia de ausência absoluta de limites e do respeito às regras e sobre a suposta permissividade dos pais.

Em relação á idéia absoluta de limites e do desrespeito às regras, Aquino ressalta que os alunos mais indisciplinados, fora da sala de aula de aula, num jogo coletivo, por exemplo, as regras são muitas bem conhecidas pelas crianças e adolescentes. Não é nada estranho a um jovem de jovem de hoje em dia a vivência de uma situação qualquer de acordo com regras muito bem estalecido, inclusive na própria linguagem.

As crianças, portanto, quando ingressam na escola, já conhecem muito bem as regras de funcionamento de uma coletividade qualquer. Então não se pode sustentar nem na teoria, nem na prática, que as crianças padeçam de falta generalizada de regras e de limites, embora esta idéia esteja muito disseminada no meio escolar. Ao contrário, a inquietação e a curiosidade infantil ou jovem, que antes eram reprimidas, apagadas do cotidiano escolar, podem hoje ser encarada como excelentes ingredientes para o trabalho de sala só depende do manejo delas.

De acordo com Aquino (1998), um segundo reparo a essa idéia de falta de limites da criança e do jovem refere-se à suposta permissividade dos pais que, por sua vez, estaria criando obstáculo para o professor em sala de aula. Segundo boa parte dos professores, a família em certa medida não estaria ajudando o trabalho do professor, pois as crianças seriam frutos da “desestruturação”, do “despreparo” e do “abandono dos pais”.

É muito comum imaginarmos que “criança mal-educada em casa” converte-se automaticamente em “aluno indisciplinado na escola”. Aquino alerta que isso nem sempre é verdadeiro, não é possível generalizar esse diagnóstico para justificar os casos de indisciplina. Além disso, há uma evidência irrefutável de que os mesmos alunos indisciplinados com alguns professores podem ser bastante colaboradores com outros.

Aquino (1998) ressalta ainda a importância de recuperar as funções da família e da escola, distinguindo claramente os papéis de pai e de professor. Família e escola não são a mesma coisa, e um é a comunidade natural da outra.

A maioria dos professores imagina que o trabalho de disciplinarização moral da criança de introjeção das regras e, portanto da constituição dos famigerados “limites”, a cargo, normalmente dos pais é um pré-requisito para o trabalho de sala de aula. E está idéia, embora correta em parte, também precisa ser repensada, pelo menos em parte afirma Aquino (1998).

Costuma-se confundir e, às vezes, justapor os âmbitos de competência, os raios de ação das intuições escola e família. Portanto, de acordo com Aquino (1998), é preciso admitir um consenso básico de que o aluno não é filho e professor não é pai.

Quando falamos genericamente em “Educação” de uma criança ou jovem, compreendemo-la como resultado conjunto da intervenção da família e de escola. Embora essas duas instituições basais sejam complementares e possam chegar a se articular, elas são bastante diferentes em suas raízes, objetivos. O trabalho familiar, para Aquino, diz respeito à moralização da criança, essa é a função primordial dos pais ou seus substitutos. A tarefa do professor, por sua vez, não é moralizar a criança. O objetivo do trabalho escolar é fundamental e o conhecimento sistematizado, e seu objetivo é recriação deste. O resto é efeito colateral indireto, mediato, afirma Aquino.

Segundo Aquino (1998), para família o que está em foco é a ordenação da conduta da criança, por meio da moralização de suas atitudes, seus hábitos; no caso da escola, o que se visa é a ordenação do pensamento do aluno, por meio da reapropriação do legado cultural.

O professor competente e cioso de seus deveres não é, em absoluto, um desconhecido para os alunos, muito ao contrário. Estes sabem reconhecer e respeitar as regras do jogo quando ele é bem jogado, da mesma forma que eles também sabem reconhecer quando o professor abandona seu posto. Para Aquino (1998), a terceira hipótese explicativa é o aluno desinteressado.

Os professores comentam, freqüentemente, que uma das razões para a disciplina, é que para os alunos, as salas de aula não são tão atrativas quanto os outros meios de comunicação, e particularmente o apelo da televisão. Por isso a falta de interesse e apatia em relação à escola.

Esse tipo de raciocínio merece alguns reparos, na opinião de Aquino. O principal deles é que a escola não é um meio de comunicação. Da mesma forma que foi distinguidas as instituições família-escola, aqui se faz importante a distinção escola e mídia.

Assim como Aquino (1998), afirma que o professor não é pai e aluno não é filho é preciso acrescentar o professor não é difusor de informações e muito menos um animador de platéia, da mesma forma que aluno não é um espectador ou ouvinte. Ele é um sujeito atuante, co-responsável pela cena educativa, parceiro imprescindível do contrato pedagógico.

A sala de aula é o lugar onde o pensamento deve se debruçar por alguns instantes sobre algumas indagações basais da vida, aquelas corporificadas pelas questões impostas pelos diferentes campos de conhecimento e seus múltiplos objetivos.

Araújo (1996) cita uma leitura a partir do referencial piagetiano, em que Piaget afirma que “toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”.

Dessa frase podemos retirar dois temas básicos: a vinculação entre regra e moral, e do ponto de vista prático, a importância que o respeito às regras (e não a obediência) exerce no desenvolvimento da moralidade.

A preocupação de Piaget (1932), no juízo Moral era de elucidar “como” a consciência chega a respeitar as regras. O caminho na relação da criança com as regras inicia-se com a fase da anômia, passando pelo heteronomia em direção à autonomia.

Mas o que significa esses termos, usados indiscriminadamente em nossas escolas? E como se dá esse desenvolvimento? Para responder essas questões torna-se necessário primeiro entender o significado etimológico dessas palavras, para então compreender seu sentido dentro dos textos relacionados à moral e ao seu desenvolvimento.

O sufixo nomia, comum aos três termos, vem do grego nomos, e significa regras.

Assim quando se fala de anomia, pela presença de sufixo a, refere-se estado de ausência de regras, por exemplo, o recém-nascido, que não concebe as regras da sociedade e não sabe o que deve ou não ser feito. O sufixo hetero significa vários, e isso leva a compreensão da hetero-nomia como um estado em que a criança já percebe a existência das regras, mas sua fonte (de onde emana) é variada; ela sabe que existem coisas que devem ou não ser feitas e quem determina são outros. Finalmente tem-se a autnomias, e significa que o sujeito sabe que existem regras para se viver em sociedade, mas a fonte dessas regras está nele mesmo, como sugere o prefixo auto.

De acordo com Araújo (1999), umas das idéias mais difundidas no meio escolar colocam a autonomia como um dos objetivos máximos da educação, mas parece que surgiu uma grande confusão, quando fazemos uma leitura dessa palavra apenas no sentido etimológico, ou seja, que as regras estão dentro do próprio sujeito, e interpretam com isso que o sujeito autônomo é quem faz o que acha certo, de acordo com suas próprias idéias. Esquecemos do sufixo nomia, indicando a presença de regras que para serem estabelecidas, necessitam de um acordo entre as partes envolvidas, necessitam de um acordo entre as partes envolvidas, necessitam, portanto, que o sujeito leve o outro em consideração.

A integração entre ação moral será possível para Piaget, quando o sujeito se sentir obrigado racionalmente, por uma necessidade interna, agir moralmente de acordo com princípios universais de justiça e igualdade. Esse nível de desenvolvimento ideal de autonomia moral dificilmente poderá ser alcançado por sujeitos que vivam em ambientes de coação e respeito unilateral, uma vez que esse tipo de relação é irredutível à moral do bem.

Somente poderão construí-la lentamente, os indivíduos que tenham oportunidade de estabelecer relações interindividuais com base na cooperação e respeito mútuo.

Na opinião de Araújo (1996), um objetivo da educação é o auxiliar o sujeito a construir uma autonomia do pensamento que obrigue sua consciência a respeitar as regras do grupo depois de racionar com base em princípios de reciprocidade se aquela regra é justa ou não, isto deverá ser alcançado por meio de relações que não envolvam a coação e o respeito unilateral; caso contrário poderá ser obtiver um comportamento desejado pelo adulto, mas ao preço de reforçar a heteronomia e não um juízo autônomo.

Ainda segundo Araújo (1996), somente uma transformação no tipo das relações estabelecidas dentro das escolas, famílias e da sociedade poderá fazer com que o problema da indisciplina seja encerrado sob uma perspectiva diferente. Nesse sentido deve-se objetivar que os princípios subjacentes às regras a serem cumpridas pelo sujeito tenham como pressuposto as ideias democráticas de justiça e igualdade bem como a construção de relações que auxiliem esse sujeito a “obrigar

sua consciência” a agir com base no respeito a esses princípios, e não por obediência.

Para Antunes (2002), ser amigo dos alunos, compreensivos e companheiro, ter a mentalidade aberta e acompanhar o processo de construção do conhecimento agindo como agente entre os objetivos do saber e a aprendizagem e companheiro, ter a mentalidade aberta e acompanhar o processo de construção do conhecimento agindo como agente entre os objetivos do saber e a aprendizagem, ser para o aluno, seu decifrado de códigos e receptor de suas muitas linguagens, significa estabelecer limites e construir democraticamente uma interação onde em lugar da opressão e da prepotência eleva-se a dignidade de quem educa, a certeza de quem planta amanhã.

OBJETIVOS

Além da aquisição de conhecimento sobre o tema e aplicação no dia a dia como educadora, o objetivo desta pesquisa é demonstrar que a missão do professor ultrapassa o “ensinar” – trata-se de uma gama de competências a serem construídas a cada dia em sala de aula, através de muito amor e afeto.

Investigar interferências de ações do corpo docente na postura disciplinar dos alunos no ambiente escolar.

Com o desenvolvimento dessa monografia poderei ampliar meus conhecimentos sobre inclusão, poderei desenvolver minhas habilidades de pesquisa. Também quero analisar e levantar uma discussão crítica e reflexiva sobre “regras e limites na formação da criança, e também citar alguns autores que falam da importância das regras e limites na formação das crianças com necessidades educacionais especiais.

Espero contribuir com a inclusão escolar onde estarei analisando os limites da criança na família, na escola e seu desempenho escolar. Pretendo identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores, pais para impor e cobrar limites.

Sabemos que tanto em casa quanto na escola o fator mencionado interfere de forma negativa dificultando a relação entre o adulto e a criança

Para Rheta e Zan (1998), no livro “A Ética na Educação Infantil”, o ambiente sócio-moral é toda a rede de relações interpessoais em uma sala de aula. “Essas relações permeiam todos os aspectos das experiências da criança na escola”.

O termo ambiente sócio-moral sugere as relações das crianças com seus professores ou familiares e entre elas mesmas, tendo assim um impacto sobre suas experiências e seu desenvolvimento social e moral.

As implicações da falta de limites da criança na família e na escola para sua formação e desenvolvimento. Para que aprenda, necessita de trocas com o

ambiente social, portanto essas relações facilitam o aprendizado, o desenvolvimento de habilidades e o enriquecimento das capacidades cognitivas e afetivas.

Contribuir com o corpo docente numa reflexão sobre sua postura e as implicações desta no ambiente escolar.

METODOLOGIA

O presente estudo analisará as causas e efeitos da criança com falta de regras e limites que levam à indisciplina na sala de aula.

O tipo de pesquisa utilizada foi à abordagem qualitativa que, segundo Bodan e Biklen (1994), é um tipo de estudo investigatório em que “a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (p.47). Opera-se de forma descritiva absorvendo informações e relatos dos entrevistados.

Iniciei fazendo uma pesquisa de abordagem qualitativa onde entrevistei quatro professoras, duas provenientes da cidade de Campina do Monte Alegre-SP, e duas da cidade de Tatuí-SP. A escolha feita foi por conveniência e as professoras foram selecionadas através da experiência profissional na educação. A idade das participantes é de 30 a 47 anos, aptas para estarem respondendo as questões propostas e todas são três graduadas em Pedagogia e uma em Psicopedagogia. Não adotei nomes para preservar a identidade dos participantes. Os professores entrevistados atuam mais de quinze anos na área educacional e possuem experiência de discussão acerca da temática falta de limites na educação da criança.

Optei por uma entrevista dirigida com questionário aberto em resposta a cinco perguntas. Expliquei as professoras que pretendíamos realizar um estudo sobre como o professor está lidando com a falta de limites na sala de aula e todas concordaram em colaborar, sem hesitação.

Inicialmente, realizou-se o contato com as escolas, solicitando data e hora para a visita. Neste sentido as informações foram coletadas durante a pesquisa de campo que se deu em duas Instituições da Rede Municipal de Ensino Fundamental, uma localizada no centro urbano Campina do Monte Alegre e outra na cidade de Tatuí, denominadas Colégio C. e Colégio D.

As entrevistas com pais e professores foram realizadas individualmente, nas escolas onde os entrevistados trabalham. O agendamento das entrevistas com os pais escolhidos e com as professoras foi realizado ou através de contato telefônico, no qual a expliquei os objetivos da pesquisa e funcionamento da entrevista e questionário.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue às participantes, que o assinaram antes da realização das entrevistas.

Utilizei métodos empíricos onde optei por questionários e entrevistas. Fiz Levantamento bibliográfico e aprofundamento teórico-metodológico, observação em sala de aula, organização dos registros e elaboração da proposta. Para a coleta de dados, utilizei a entrevista narrativa com os pais e professoras, a qual, segundo Bauer e Jovtchelowitch (1999), possibilita às pessoas reviverem e elaborar vivências. A proposta foi baseada na experiência e na observação; análise de conteúdos de livros, revistas, artigos; jornais, internet, pelos Instrumentos de Coleta de dados respondidos pelos pais e professores e pela observação.

Bogdan & Biklen (1994) indicam que a pesquisa qualitativa tem como fonte direta dos dados o ambiente natural e o pesquisador como seu instrumento fundamental, os dados coletados são, na sua maior parte, descritivos. Sob esta ótica os pesquisadores qualitativos se interessam pelo processo e não apenas com os resultados e o produto, pontuando os significados que as pessoas dão às coisas e à sua vida como fundamentais.

Nesse sentido Lüdke & André (1986, p. 17) inferem que o estudo de caso se destaca por “se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo (...) e incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações”. Este estudo está sendo realizado numa escola pública do município de Campina do Monte Alegre-SP.

Justificando mais uma vez, a escolha pela pesquisa qualitativa para esta investigação, foi para ter uma análise profunda e completa do objeto, permitindo uma aproximação da realidade estudada. Essa escolha se justifica pelo fato de que a aprendizagem da resolução de conflitos sociomoriais é um tema atual, e na perspectiva da temática investigada, se configura dentro de um contexto específico, que é o ambiente escolar. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986). Consiste em refletir sobre como os educadores auxiliam — ou não — seus alunos na construção dos limites na educação infantil. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo.

Esta metodologia foi escolhida por ser a que mais se enquadra nos propósitos do trabalho. Durante as observações, procurei ter um olhar voltado às situações em que se manifestavam questões relacionadas ao tema “limites”.

Na pesquisa de campo, utilizei como técnica de coleta de dados, as observações. Segundo Victora (2000, p. 62):

Observar, na pesquisa qualitativa, significa examinar com todos os sentidos um evento, um grupo de pessoas, um indivíduo dentro de um contexto, com o objetivo de descrevê-lo. [. . .] Ocorre que a observação na pesquisa qualitativa não é uma observação comum, mas voltada para a descrição de uma problemática previamente definida.

Os dados levantados na fundamentação teórica trazem reflexões, argumentações, interpretações, análise e conclusões de autores, a partir, deles, busca-se uma correlação com a realidade do tema em estudo.

Usei como instrumentos básicos à observação e questionário. Pois estas técnicas melhor permitem fazer o registro das ações, práticas, gestos e fatos desses sujeitos. Assim, pude obter uma análise sobre a falta de regras e de limites da criança na escola, na família, etc.

Utilizei de livros, pesquisas, artigos, jornais, revistas, materiais de internet e pesquisa de campo na escola que trabalho e alguns estudos de caso. Fiz uma pesquisa teórica, pesquisa de campo. Usei instrumentos para obtenção dos dados a observação da criança participante na escola e na família. Entrevistas que serão realizadas com a professora e pais. A pesquisa mostrará os fatores que contribuem e os fatores que não contribuem para a determinação, na hora de aplicar os limites.

Marconi e Lakatos (2006, p.71) dizem que o fim principal da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao pesquisador o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Como técnica de registro dos dados, utilizei o diário de campo. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 50): “As notas de campo são: o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da recolha refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo”. O conteúdo das notas de campo são descritivos e reflexivos. A parte descritiva representa o esforço do investigador para registrar objetivamente os detalhes que ocorreram no campo. A parte reflexiva é onde aparece o ponto de vista do observador, são as reflexões do observador sobre os acontecimentos, suas idéias, preocupações e emoções geradas na experiência.

Foram utilizadas teorias a respeito da disciplina escolar e aprendizagem, desenvolvida por Tiba:

“A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o aprendizado tenha êxito (Tiba, 1996)”

Segundo Tiba (1996, p.140) que diz: "O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno".

De acordo com Rossini (2001), crianças gostam de professores que lhe dão limites. Os professores bonzinhos nunca serão respeitados; cairão no esquecimento com muita facilidade. Alguns professores declaram que no início de carreira se sentem inseguros ao estabelecer as regras com as crianças. Têm medo de que os alunos não aceitem as regras trazendo inúmeros transtornos para sala de aula como também para sua profissão.

Essa escolha se justifica pelo fato de que a aprendizagem da resolução de conflitos sociomoraes é um tema atual, e na perspectiva da temática investigada, se configura dentro de um contexto específico, que é o ambiente escolar. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

Os procedimentos de coleta de dados são realizados através de pesquisa participante, em que “os dados serão construídos sobre o mundo cotidiano e natural dos indivíduos com a participação do pesquisador na situação, inclusive intervindo, mudando, propondo” (TEIXEIRA, 2002, p.119). Para que fosse possível a realização desta pesquisa, foi solicitada uma carta de apresentação para as pesquisadoras, junto à coordenação do curso de Psicologia, com a finalidade de se proceder à coleta de informações em duas escolas uma de Campina do Monte Alegre (SP) e outra de Tatuí (SP).

Depois de concluída esta pesquisa, será realizada uma entrevista devolutiva com as entrevistadas para fornecer as análises e conclusões abstraídas da pesquisa, assim como as propostas de orientações e intervenções que possam minimizar as conseqüências da falta de limites para o desenvolvimento social infantil.

OS SUJEITOS

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram quatro crianças com idades variando entre 8 a 12 anos, duas do sexo masculino, e duas do sexo feminino freqüentando sala de AEE, em uma escola municipal, localizada na cidade de Campina do Monte Alegre e duas da cidade de Tatuí- bairro Jardim Ângela. Essas crianças apresentavam como diagnóstico: atraso global do desenvolvimento, Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Também foram escolhidos quatro pais sendo dois de cada escola e quatro professoras sendo duas de cada escola escolhida para esse projeto de pesquisa.

Recebi autorização das educadoras e dos pais das crianças envolvidas na pesquisa para uso e divulgação dos dados coletados durante a pesquisa. Por uma questão de ética na pesquisa, as escolas e os sujeitos envolvidos não tiveram seus nomes e imagens divulgados.

As observações foram realizadas em duas escolas de ensino fundamental da cidade de Campina do Monte Alegre e Tatuí, públicas e as pesquisas foram realizadas mediante carta de apresentação da universidade (APÊNDICE A) e com autorização da direção das escolas.

As crianças constantes dessa seleção foram observadas por mim no ambiente escolar nas relações com os colegas e professores, assim como no meio familiar, observação essa realizada durante a aplicação das entrevistas com os pais.

Observei as crianças em sala de aula e na hora do recreio e procurei ter um olhar voltado às situações em que se manifestavam questões relacionadas ao tema “limites”.

Os pais foram recebidos na sala de aula um a um, conversamos e eles me explicaram como conseguem trabalhar os limites e regras em casa, como punem seus filhos se fazem algo errado, o que esperam da escola, como podem ajudar professores trabalhando conjuntamente para a melhorar a situação.

A aplicação do questionário durou aproximadamente 15 minutos para cada sujeito pesquisado. O local da aplicação foi na sala de professores, pois era o local em que todos estavam concentrados. Conversei com os pais e expliquei que tinha elaborado umas perguntas e gostaria que eles respondessem da forma mais verdadeira possível, pois faria parte de um trabalho de conclusão de pós-graduação.

Os pais foram muito receptivos e responderam tranquilamente o questionário de forma clara. Os pais tinham entre 26 e 35 anos, e apenas dois tinham o ensino médio. Os outros dois estudaram até o quarto ano, pois precisaram ajudar os pais no sustento da casa. O objetivo era saber como lidam e cobram o cumprimento das regras e limites em casa e como a escola poderia ajudá-los.

Após conversarmos um pouco os deixei a vontade para ir embora e agradei muito pela colaboração.

Para Gokhale (1980), a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem-sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas. Assim, pode-se dizer que as crianças precisam sentir que fazem parte de uma família.

Já professores também foram ouvidos individualmente e relataram suas práticas em sala de aula e contaram como tentam resolver a falta de limites em sala de aula. Foi uma conversa bem produtiva, relataram seus medos, suas incertezas e inseguranças.

Essa entrevista com os professores foi feita com o objetivo de saber como lidam com a situação de desrespeito dos alunos em sala de aula, o apoio que recebem dos pais, da direção da escola, de que forma trabalham para que isso melhore qual a solução a ser tomada, acham que os pais são os culpados por isso?

OS INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados para obtenção dos dados a serem pesquisados foram à observação participante dos alunos na escola. A referida observação dará condições ao investigador de, freqüentando os diferentes locais de estudo, entender melhor as ações dos sujeitos. Outro instrumento usado foi à entrevista semi-estruturada realizada com as professoras e pais das crianças envolvidas. Na entrevista foi utilizado um roteiro de perguntas como guia permitindo, porém, ao entrevistado expressar-se livremente e de forma ampla visando a tratar todos os tópicos importantes para investigação.

As crianças constantes dessa seleção foram observadas no ambiente escolar, nas relações com os colegas e professores, assim como no meio familiar, observação essa realizada durante a aplicação das entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Piaget (1996, p. 9) diz que “o fim da educação moral, [. . .] é o de constituir personalidades autônomas aptas à cooperação”. Quando o autor refere-se à cooperação não significa uma conduta exterior, por obediência e sim uma cooperação voluntária, espontânea, que surge de uma necessidade interior e do desejo de cooperar.

Com base no estudo bibliográfico, pude perceber que o termo ‘limites’, inicialmente, é pensado de forma negativa, como, por exemplo: ‘Essas crianças não tem limites’. Para La Taille (1999), o termo ‘limites’ está geralmente ligado ao respeito e à obediência a regras, normas e imposições, recebidas pela criança de maneira externa.

As análises dos dados foram idealizadas através de categorias considerando-se as entrevistas de professores, pais, questionários, as observações realizadas das crianças no ambiente escolar.

- **Limites estabelecidos pela família**

Para os pais, a contribuição da escola é muito importante para o desenvolvimento dos filhos. “Os pais acham que os funcionários da escola conseguem ser mais rígidos porque não existe o mesmo vínculo amoroso que há dentro de casa”. “Além de aprender noções de organização, disciplina e responsabilidade com horários, na escola os filhos podem desfrutar da convivência com outras crianças”.

Os pais entrevistados possuem um bom entendimento sobre limites, porém dizem alguns que muitas vezes acabam “cedendo” ao filho, passando o limite a não ser sustentado por eles, embora entendam que não devam deixá-lo fazer o que quer. Os mesmos relatam colocarem esses limites nos filhos, porém, aparece também a dificuldade na aplicação dos mesmos, causando indecisão ou insegurança para dizer um não. Relatam deixar de castigo os filhos, até que façam o que é exigido ou de não permitir que saiam para fazer alguma atividade.

Um pai que tem uma filha com NEE, acha difícil colocar limites por não saber como fazer e lidar com os comprometimentos que ela tem, deixando assim de realizar as cobranças necessárias.

Segundo os pais colocar limites não significa ser autoritário, mas sim ter autoridade. Através da colocação de limites os pais ensinam a criança a respeitar-se e a respeitar os outros.

Colocar limites não significa privar de liberdade. Quanto mais cedo, os pais colocarem os limites de forma afetiva e com segurança de propósitos menos problemas terão na puberdade e na adolescência, fase na qual as crianças se revoltam contra as imposições desmedidas e transgridem aquilo que é insuportável.

Dois pais relatam que algumas famílias resistem em aceitar observações em relação ao comportamento indisciplinar dos filhos, pois é difícil aceitar seus erros, o mesmo acontece com a família.

É importante que os pais dialoguem com os filhos e expliquem quais os propósitos dos limites. Se mesmo assim as crianças não obedecerem, às vezes é necessário colocar sanções, com o intuito das crianças se responsabilizarem pelos atos e pelas suas decisões. Se um pai superprotege seu filho, evita colocar limites e dizer não a todas suas vontades, o prejudica, pois seu filho demorará em se tornar um adulto capaz de aceitar as regras da sociedade.

De Vries & Zan (1998), citam que na teoria construtivista, o conflito assume duas formas: intra-individual e interindividual. Piaget considerava ambas importantes, mas focalizou a primeira forma, o conflito intra-individual – isto é, o conflito dentro do indivíduo. A segunda forma de conflito é interindividual – o conflito entre indivíduos, que segundo Piaget fomenta o desenvolvimento moral e intelectual, por intermédio do descentramento a partir de uma única perspectiva, para levar em consideração a perspectiva de outros, sendo iniciado pela confrontação com os desejos e idéias de outros.

Estes dados levam a crer que as famílias que deveriam ajudar na formação dos valores das crianças, tornando estas a terem responsabilidades de tornar o filho

(a) adaptado para o mundo moderno, proporcionando as condições para sobrevivência em uma sociedade global e competitiva.

Existem pais que depois de matricular os filhos parece considerar sua missão terminada e daí em diante entrega à escola toda e qualquer problemática relacionada à educação (quer se trate de conteúdo, quer se esteja falando de formação ética ou cidadania). De uma maneira geral, esses são pais ausentes, que não comparecem a reuniões quando convidados ou que, quando chamamos para entrevistas ou reflexões conjuntas, nunca podem ir.

Um dos pais acha que a indisciplina dos alunos acontece quando há falta de interesse por não compreender a atividade proposta ou por falta de organização da “rotina” escolar, portanto é necessário o diálogo entre aluno-professor sobre os combinados de como devemos nos comportar para realizar com sucesso tal atividade, pois cada atividade exige um tipo de comportamento diferente. "Nos dias atuais não é possível organizar atividades em que se exija do aluno o silêncio total e a inércia durante todo o período escolar”.

Na obra intitulada “O juízo moral na criança” (1994), Piaget pontua significativamente como se desenvolve a moralidade na criança. Para ele existem dois tipos de moral: a moral heterônoma, que se baseia na obediência, na submissão e no castigo; e a moral autônoma que está baseada no respeito mútuo e na reciprocidade.

Na teoria Piagetiana, a criança é considerada como um ser ativo na construção de princípios morais. Deste modo, Piaget constrói uma teoria acerca da maneira como as crianças desenvolvem e transformam o seu pensamento no decurso do seu desenvolvimento.

Segundo Freud, o ser humano quando nasce e nos seus primeiros anos de vida é um ser amoral. Inicialmente, só existe ele próprio como instância pulsional completamente inconsciente e que se rege princípio do prazer, desconhecendo qualquer tipo de critério moral. Desta forma, numa primeira fase, a criança rege-se unicamente pelos seus impulsos que procura satisfazer espontaneamente, sem que sinta o constrangimento de uma regra moral, externa ou interna, sobre o que está bem ou o que está mal, o que deve e o que não deve fazer.

Piaget concluiu que, nos primeiros quatro anos de vida as crianças encontram-se num estágio pré-moral. Nesta etapa, a noção de regra ainda é reduzida embora as crianças, por exemplo, em situação de jogo elaborem as suas próprias regras. As concepções acerca do bem e do mal são ainda arbitrárias. Depois dos quatro, cinco anos as concepções das crianças tornam-se mais constantes. Este estágio Piaget, dá o nome de realismo moral – esta designação deve-se ao fato que os juízos tendem a basear-se nos danos reais causados ou objetivos. Nesta fase a criança considera as regras como absolutas e irrevogáveis pela autoridade indiscutível dos pais, Deus, polícia entre outras. Neste sentido, o conceito de bem e de mal são assim estabelecidos para quaisquer regras existentes. Já por volta dos nove, dez anos o absolutismo vivenciado no estágio anterior, dá lugar a certa relatividade na medida em que este estágio se caracteriza pelo fato da criança se tornar mais capaz e alcançar o subjetivismo moral. Assim, as crianças encaram as regras como uma espécie de acordos, podem ser postas em causa e até mesmo modificadas. Por isso, também já não existe a idéia fundamentada no estágio inicial de que seguidamente às más ações, deve haver obrigatoriamente uma punição. Esta punição é vista como uma hipotética consequência à qual se pode escapar ao não ser-se apanhado.

As noções de regras, de justiça, de mentira, intencionalidade e outros valores fundamentais, são adquiridos nos processos de socialização, através dos quais, as crianças começam a construir e desenvolver desde os primeiros anos de vida.

Consoante, com o pensamento de Piaget (1994), Puig (1998) acentua que no plano psicológico, a autonomia moral é o resultado de uma interação cooperativa com os demais membros de uma sociedade.

Entendo que o professor tem um papel essencial como o de contribuir e viabilizar aos alunos a construção de conhecimentos nesta etapa da educação básica. Em outras palavras o professor precisa ter muita criatividade, alegria, bom humor, respeito humano e disciplina tornando assim sua aula mais atrativa.

Analisando as respostas das professoras a maior parte deixou explícito que a relação de poder vem dos pais. Os estudos de De Vries & Zan (1998), enfatiza que:

Quando as crianças são continuamente governadas pelos valores, crenças e idéias dos outros, elas desenvolvem uma submissão (se não uma rebeldia) que pode levar ao conformismo irrefletido na vida moral e intelectual. Em outras palavras, enquanto os adultos mantiverem as crianças ocupadas em aprender o que os adultos desejam que elas façam e em obedecer às regras deles, elas não serão motivadas a questionar, analisar ou examinar suas próprias convicções.

Para Vygotsky (1991), há dois elementos importantes na atividade lúdica das crianças no que se refere aos jogos com regras: o jogo com regra explícita e o jogo com regras implícitas. O primeiro destes fatores são as regras pré-estabelecidas pelas crianças e que a sua não realização é considerada uma falta grave, por exemplo, em um jogo de pega-pega quem for tocado pelo pegador passa a ser o perseguidor, isto direciona a criança a seguir regras sociais já estabelecidas pelo mundo dos adultos. O outro segmento são regras que não estão propriamente ditadas, mas entende-se que são necessárias para o seguimento do jogo, no exemplo citado acima, não se coloca que as crianças não podem sair do local da brincadeira (como exemplo, uma quadra), portanto as regras implícitas oferecem a criança uma noção de entendimento às regras ocultas, mas necessárias.

A tarefa de dizer não, por outro lado, inicia-se desde o nascimento. A importância do "não" e do estabelecimento de limites é fator organizador na formação da personalidade de todo ser humano. Desde ao redor de um ano de idade aproximadamente a criança precisa aprender a ouvir a palavra "não" e os pais ao pronunciá-la.

Tiba (2002) relata que "Muitos pais, em nome do amor, deixam de cobrar coisas que precisam cobrar e ficam poupando os filhos; o amor é poupar, nessa linguagem de excesso de amor estraga. O verdadeiro amor tem que educar a outra pessoa e, para educar, muitas vezes, é preciso ajudar a organizar a vida, ajudar o filho a fazer o que ele é capaz. Mas os pais ficam poupando e acabam estragando seus filhos, em vez de ajudá-los..."

Ainda segundo Tiba (2002) exercer autoridade de pai e de mãe exige sabedoria. Os limites precisam ser sempre colocados em função de algo e exercidos visando ao bem-estar de toda a família. Necessitam estar a serviço da qualidade de vida e da educação do filho, nunca de um capricho. Muitos pais acreditam que dar o bom exemplo é suficiente, o que não é verdade. Sem uma determinação clara, os

filhos não o perceberão e não o seguirão. No outro extremo, abusar de proibições e punições por si só também não funciona. Os filhos precisam aprender, e cabe aos pais ensinar.

Observa-se que, se a criança ajustar a disciplina e o respeito ao seu comportamento, tendo os pais como orientadores dos limites, isso poderá favorecer sua melhor interação social e melhor rendimento escolar.

- **Os limites no trabalho docente**

Sabemos que a resposta mais freqüente relacionada à questão da (in) disciplina diz respeito à “falta de limites” dos alunos.

O que o professor pode fazer para ter controle perante situações de indisciplina?

Sabemos que para obter disciplina em qualquer ambiente em que vivemos não podemos deixar de falar de respeito. Atualmente o papel do professor dentro da escola é muito mais abrangente, pois ele precisa estar atento às capacidades cognitivas, físicas, afetivas, éticas e para preparação do educando para o exercício de uma cidadania ativa e pensante.

É também compromisso do educador se preocupar com a disciplina e a responsabilidade de seus alunos. Para Piaget (1996), “o respeito constitui o sentimento fundamental que possibilita a aquisição das noções morais” Segundo as professoras entrevistadas dizem que conseguem atingir a responsabilidade, desenvolvendo a cooperação, a solidariedade, o comprometimento com o grupo, criando contratos e regras claras e que precisarão ser cumpridas com justiça.

Sob uma visão Piagetiana, o professor que na sala de aula dialoga com seu aluno, busca decisões conjuntas por meio da cooperação, para que haja um aprendizado através de contratos, que honra com sua palavra e promove relações de reciprocidade, sendo respeitoso com seus alunos, obtendo dessa forma um melhor aproveitamento escolar.

As professoras destacam que trabalham os limites em sala de aula através da formação dos hábitos diários, daquilo que podem ou não fazer, assim como das tarefas da rotina da criança: usar banheiro, lanche, jogar. Em todas as atividades são usadas regras que vão orientando a criança como se comportar frente às tarefas. Também acham que a família deve desenvolver nos filhos noções de regras e limites. Acham importantes que as atividades de rotina sejam aprendidas ou trazidas de casa, para que os alunos tenham autonomia em realizá-las. Já com as crianças com NEE o desenvolvimento é o mesmo, apenas o tempo é maior para a aprendizagem na escola.

As professoras em comum acordo ressaltam que os pais estabelecem limites, mas até certo ponto, não realizando ou exigindo tudo o que poderiam dos filhos, deixando falhas, não ensinando ou trabalhando muitas coisas que poderiam e/ou deveriam. Sendo assim, os limites que eles trazem para a escola não são suficientes para desenvolverem as atividades de aprendizagem. Ressalta que essas crianças poderiam receber uma maior estimulação por parte dos pais. Outra professora ressaltou ainda que os pais não imponham limites para os filhos nem os educa, deixando para que a escola faça isso.

Notou-se que o desrespeito inserido no comportamento infantil pode ser consequência de uma má formação educacional no ambiente familiar. A ausência do respeito no grupo social leva a marginalização do indivíduo, podendo provocar problemas psicológicos no futuro. Segundo os professores entrevistados a indisciplina é reflexo familiar, pois a família é a base para estrutura social e emocional de um indivíduo, é considerado grupo primário, ou seja, o primeiro contato do indivíduo na convivência em grupo

As professoras ao serem questionadas sobre sua opinião em relação à indisciplina dos alunos na escola enfocaram no papel da “família”, acham que os pais passaram a delegar funções que antes eram deles, para professores e instituição. Acham que a criança na fase escolar está na etapa em que se formam muitos valores e conhecendo as regras que ela deve respeitar como bons princípios e que ela levará para sua vida. Não se pode confundir. Dar limites é necessário, a criança precisa disso. A permissividade em excesso é nociva. “É tudo que se vivencia na família, reflete na escola”.

As principais queixas das professoras relativamente à indisciplina são: falta de limite dos alunos, bagunça, tumulto, mau comportamento, desinteresse e desrespeito às figuras de autoridade da escola e também ao patrimônio; alguns professores apontam que os alunos não aprendem porque são indisciplinados em decorrência da não imposição de limites por seus familiares.

Segundo relato das professoras atualmente a indisciplina tornou-se um “obstáculo” ao trabalho pedagógico e os professores ficam desgastados, tentam várias alternativas, e já não sabendo o que fazer, chegam mesmo em algumas oportunidades a pedir ao aluno indisciplinado que se retire da sala já que ele atrapalha o rendimento do restante do grupo.

A maioria das professoras usa como procedimentos para a melhoria do comportamento infantil, a manutenção de um diálogo com os pais, em que a escola torna-se fundamental na mediação desse processo educacional. Entre os profissionais entrevistados 100% associam a falta de limites com as dificuldades na aprendizagem assim como há interferências no processo de interação social. Isso evidencia que poderão ser crianças que apresentem baixo rendimento escolar e serem também excluídas do grupo social.

Dos professores entrevistados 80% responderam como sugestão, a participação dos pais e o diálogo com os filhos para se promover o estabelecimento de limites. 20% disseram ser importante ensinar os princípios morais e éticos, como os princípios de cidadania e respeito ao próximo.

Segundo Piaget (1978), através de jogos com regras, atividades lúdicas se atingem um caráter educativo, tanto na formação psicomotora, como também na formação da personalidade das crianças. Assim, valores morais como honestidade, fidelidade, perseverança, hombridade, respeito ao social e aos outros são adquiridos.

Os jogos com regras são considerados por Piaget (1978) como uma ferramenta indispensável para este processo. Através do contato com o outro a criança vai internalizar conceitos básicos de convivência. A brincadeira e os jogos permitem uma flexibilidade de conduta e conduz a um comportamento exploratório

até a consecução do modelo ideal de se portar com o próximo, resultado de experiências, conflitos e resoluções destes (Bruner, 1968).

Para Vigotsky (1991), há dois elementos importantes na atividade lúdica das crianças no que se refere aos jogos com regras: o jogo com regra explícita e o jogo com regras implícitas. O primeiro destes fatores são as regras pré-estabelecidas pelas crianças e que a sua não realização é considerada uma falta grave, por exemplo, em um jogo de pega-pega quem for tocado pelo pegador passa a ser o perseguidor, isto direciona a criança a seguir regras sociais já estabelecidas pelo mundo dos adultos. O outro segmento são regras que não estão propriamente ditadas, mas entende-se que são necessárias para o seguimento do jogo, no exemplo citado acima, não se coloca que as crianças não podem sair do local da brincadeira (como exemplo, uma quadra), portanto as regras implícitas oferecem a criança uma noção de entendimento às regras ocultas, mas necessárias.

La Taille, em seu livro “Limites: três dimensões educacionais” trabalha o termo “limite” sob três vertentes que podem ser verificadas no interior de uma sala de aula, especialmente na relação professor e aluno: limite como fronteira a ser atravessada, limite no seu sentido restritivo, e, por último, limite a ser preservado, o que assegura e preserva a intimidade de todos os envolvidos no processo educativo que se estabelece em sala de aula.

Encorajar os alunos a conhecer seus limites para superá-los, é um importante papel do professor. Se transpor limites fosse algo fácil, que a maior parte das pessoas conseguissem sozinhas, não seria limite, ou seja, não representaria uma linha essencial, um marco, uma fronteira entre dois territórios distintos: um conhecido e outro desconhecido (ou não dominado). Nessa aventura de conhecer o desconhecido muitos ficam à margem por medo de crescer, seja pela distância, seja pela dificuldade da travessia, ou ainda, por fobias ou flagelos consubstanciados pelo currículo oculto, tão presente em sala de aula.

Educar uma criança, longe de ser apenas impor-lhe limites, é, antes de tudo, ajudá-la em todas as suas dimensões a transpô-los, pois “a criança não deseja nada além do não ser mais criança” (La Taille, 2001, p. 13).

Algumas dimensões dentro do espaço de sala de aula devem ser observadas para o desenvolvimento de uma educação moral. Em primeiro lugar o professor precisa encarnar os valores que quer ensinar, a famosa frase “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, não cabe nesta perspectiva. Ensinos meramente verbais sobre valores éticos, por mais didáticos que possam ser, estão fadados ao fracasso. Segunda dimensão, fazer com que todos os alunos passem participar ativamente das decisões, inclusive no que diz respeito às regras de convívio – o que Piaget chamou de cooperação. E a última dimensão, tão importante quanto às duas anteriores é a afetividade: não basta convencer, é preciso comover!

Entender a oposição entre uniformização e cooperação é condição básica para que consigamos desenvolver um trabalho produtivo em sala de aula. Piaget defende a tese que somos diferentes uns dos outros e que isto é um grande bem; e a constituição da verdade, longe de exigir a uniformização de pontos de vista, supõe, pelo contrário, a coordenação entre perspectivas diversas. No estágio da heteronomia, a moral se constitui pela identidade: todos devem pensar e agir de forma idêntica.

A autonomia, em contrapartida constitui a moral da reciprocidade: as pessoas podem ter perspectivas diferentes, mas são capazes de situar suas diferenças num todo maior, onde dialogam e convivem. A tolerância rege a moral recíproca, reconhecendo que um ponto de vista particular não é necessariamente o único nem o melhor. Uma pessoa autônoma que não se contenta com a “voz da autoridade”, procura compreender o significado profundo dos valores, o espírito das regras e, por isso, apropria-se da moral de forma mais racional e esclarecida.

Segundo Tiba (1996), os custos da não colocação dos limites, desde o início, evoluem tornando-se cada vez mais pesados. Ou seja, “por mais indisciplinado que tenha sido uma pessoa, ela obteve a concordância da outra”. (p. 23).

Absorvendo a concepção de Tiba (1996), observa-se que, para disciplinar os filhos, os entrevistados apontaram procedimentos diante da situação vivenciada como consequência da falta de limites. 80% dos professores apontaram o diálogo entre pais e filhos na condução disciplinar e 20% consideraram que os ensinamentos às normas sociais de convivência são pontos que devem ser assimilados.

Na concepção de Tiba (1996), respeito à auto-estima seria o segredo da diferença entre o comportamento autoritário e o autoritarismo para tornar filhos/alunos mais educados ou disciplinados, posto que a auto-estima é a capacidade de gostar de si mesmo por conseguir realizar suas vontades e necessidades.

- **A Autoridade da Escola e do Professor**

La Taille apresenta três fontes constituintes da autoridade como essenciais: “a delegação dos pais para as instituições educacionais, a formação para o exercício da cidadania, e o valor do saber” (1997, p.17). Conforme La Taille (1997) defende a idéia de que desde muito pequena a criança já é ensinada a obedecer, claro que numa primeira instância os pais – uma relação constituída de poder, prestígio e amor – amplamente compreensível essa subordinação e também aponta duas outras fontes: a escola como instituição a serviço dos indivíduos e da sociedade, e a escola como fonte da cultura. Uma das funções amplamente defendida pela escola é a de preparar o cidadão para a vida.

Não podemos esquecer o sentido público do trabalho docente por mais privada que seja a escola. É preciso deixar transparente para a comunidade ao qual a escola está inserida, a que ela veio. Traduzir no seu fazer, a sua preocupação e o seu empenho na formação de cidadãos conscientes (porque no papel todas demonstram essa preocupação com a cidadania).

La Taille (1997) admite: “que a finalidade primordial do saber escolar é o enriquecimento pessoal.

O cotidiano escolar, tem se apresentado para a grande maioria dos professores como um espaço de tensão contínua, onde mais do que discussões acerca de questões intelectuais, vê-se enfrentamentos pessoais envolvendo agressões, dilemas disciplinares e violência que entram o trabalho em sala de aula.

Não podemos deixar de ter como foco em nosso trabalho o SER HUMANO. Precisamos valorizar as pessoas. Uma frase de Walt Disney ilustra bem essa idéia:

“Você pode sonhar, criar, desenhar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo... Mas é necessário TER PESSOAS para transformar seu sonho em realidade”.

Estamos envolvidos com pessoas em nosso dia a dia: alunos, professores, pais, coordenadores, orientadores e diretores e, por isso, precisamos aprender a trabalhar em equipe para obter uma instituição forte, competente e coesa. A qualidade é obtida através do esforço de todos os seus integrantes, onde cada profissional é importante e cada aluno também. A escola é uma organização humana em que as pessoas somam esforços para um propósito educativo comum.

Diante desse contexto abordado, considerou-se que a falta de limites põe em risco o estabelecimento da ordem e da harmonia social no ambiente escolar, influenciando grupos sociais externos à escola.

O estudo nota que a participação e o diálogo dos pais no processo de desenvolvimento social da criança são fatores que não podem ficar ausentes na forma de educar os filhos. Se há barreiras de comunicação, elas devem ser superadas, ajustadas com a parceria da escola que proporciona toda uma infraestrutura educacional para amenizar tal situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluí através desta pesquisa que o limite é crucial para formação da criança, pois é através dele que ela encontrará equilíbrio emocional, poderão administrar seus conflitos, seus desejos, seus medos.

Percebemos, ainda que as regras bem estabelecidas fazem com que a criança seja mais segura, sinta-se mais amada e saiba organizar-se emocionalmente.

A família como base deve levar bem a sério a necessidade do limite, das regras e da disciplina, a monitoria adequada e o modelo moral dos pais são formas importantes de relacionamentos.

Valores como honestidade, justiça, amizade, solidariedade, respeito às leis, respeito ao próximo, enfim todos os valores que formam cidadãos devem estar em foco na educação dos filhos.

Quanto à relação dos limites com o desempenho escolar, esses alunos demonstram pouco rendimento nas atividades escolares sendo que a questão do comprometimento e limitações dos alunos influencia neste rendimento. As dificuldades que apresentam na aprendizagem estão associadas também à falta ou insuficiência de regras e limites (ausentes ou insuficientes).

A importância de estar atento aos limites, regras e conseqüentemente ao desenvolvimento de valores morais, podemos perceber um aumento de auto-estima, dos comportamentos pró-sociais, do autoconceito em crianças e adolescente que convivem com pais com está conduta; os filhos admiram valores dos pais e aprendem a fazer julgamentos morais apropriados.

A valorização de padrões morais de conduta, uma atenção especial aos filhos e uma orientação positiva são maneiras de conduta, uma atenção especial aos filhos e uma orientação positiva são maneira de se evitar o desenvolvimento de comportamentos infratores e anti-sociais.

Criando essa autonomia nas crianças e adolescente, a qual eles saibam analisar suas atitudes, respeitando o outro, estaremos auxiliando-os em relação às regras estabelecidas, aos limites colocados e a almejada por pais e professores.

Ninguém pode respeitar seus semelhantes se não aprender quais são os seus limites e, isso inclui compreender que nem sempre se pode fazer tudo que se deseja na vida. É necessário que a criança interiorize a idéia de que poderá fazer muitas, milhares, a maioria que deseja, mas nem tudo e nem sempre. Essa diferença pode ser sutil, mas é fundamental.

Deve haver é uma parceria de confiança entre escola e família, uma relação de complementação. Comunicação é imprescindível, bem como a identificação de filosofias e visões

Com relação às professoras, estas referem que, sem limites, fica difícil trabalhar conteúdos e atividades da vida diária, bem como do processo ensino-aprendizagem. Porém é difícil o estabelecimento dos mesmos, pois as crianças têm dificuldades de entender seu significado. Fato que também pode ser observado na relação pais e filhos.

As professoras reafirmam ainda que os limites são de fundamental importância para o rendimento desses alunos. Fato esse observado na pesquisa, quanto ao rendimento dos alunos em que os limites passaram a ser trabalhados, na escola e na família. Tais alunos apresentaram uma melhora no rendimento escolar, portanto os limites favorecem assim uma aprendizagem satisfatória.

Os efeitos da colocação de limites se farão sentir muito mais em um plano futuro do que próximo. A restrição que os pais impõem hoje serve para abrir horizontes e possibilidades aos seus rebentos no futuro.

Os transgressores são postos às margens do convívio social – e é aprendendo a se adequar às regras menores, como as estipuladas pelos pais dentro de casa, que um indivíduo adquire experiência para lidar com as leis maiores do mundo lá fora. A sabedoria popular está mesmo certa: educação vem do berço.

Cabe aos professores, grandes protagonistas da escola, somar com as forças que busquem uma realidade diferente, explicitando os determinantes que sustentam

práticas escolares humilhantes, ineficientes e insatisfatórias, produzindo encontros e experiências que potencializem comunicações e relações significativas com colegas e com objetos de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho=aluno difícil**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.
- AQUINO, Julio Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. Rev. Educ. Jul/ Dez. 1998.
- ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano**. In: AQUINO, J. G. **Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo, Summus, 1996.
- BIDDLPH, Steve. **Quem vai educar seus filhos?** São Paulo: Ed. Fundamento Educacional, BUSCAGLIA, L. F. **Os deficientes e seus pais**. Tradução de Raquel Mendes. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BOGDAN, Roberto c. & BIKLEN, Sari K> **Investigação qualitativa em Educação**. Porto Editora, 1994.
- BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1990
- BRUNER, J. **O processo de educação**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1968.
- DANI, Lúcia Salete Celich. **Os conflitos e sentimentos presentes na relação pedagógica** e seus entrelaçamentos na construção da personalidade moral. Projeto do Programa de Licenciaturas/UFSM, 2004.
- DANI, Lúcia Salete Celich. **A relação pedagógica e suas imbricações na construção da personalidade moral**. Tese de Doutorado (não publicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul, 2003
- DE Vries, Rheta; ZAN, Betty. **A Ética na Educação Infantil: O Ambiente Sócio Moral na Escola**. Porto Alegre, 1998.
- D'ANGELO, C. (1998). **Crianças especiais: superando a diferença/** Tradução de Antônio Angonese. Bauru SP: Editora Edusc.

DOLTO, F. **As etapas decisivas da infância**. Tradução Maria Ermantina Galvão
São Paulo: Martins Fontes, 1999.

2003.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro:
Ed. Sextante, 2003.

CLEMES, H e BEAN, R. **Castigo e Afeto: como educar as crianças sem medo e sem culpa**. 2ª ed. São Paulo: Gente, 1995.

COSTA, A. e COSTA, N. **Limites e disciplina na relação pais e filhos**. Belém,
UFPA, 2002.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional e a arte de Educar nossos filhos**. 25ª
ed. Rio Janeiro:

GINOTT, Haim. **Pais e Filhos**. Editora: Bloch, 1989

Gomide, Paula Inez Cunha. **Pais Presentes, Pais Ausentes: regras e limites**. 8ª
ed. Petrópolis, RJ: ED. Vozes, 2008.

IÇAMI Tiba. **Disciplina: o limite na medida certa**. Ed. Gente- São Paulo/SP, 1996.

Ed. Objetiva 1997.

LA Taille, Yves. **Limites: Três Dimensões Educacionais**. 3ª ed. São Paulo: Ed.
Ática, 2002.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, P. B. **Comportamento infantil: estabelecendo limites**. Porto Alegre:
Mediação, 2002.

MONTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**.
São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, T.; DALBEM, C.E. **Erros e acertos na educação**. Santa Rosa, 2001.

OUTEIRAL, J. **O mal estar na escola**. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PUIG, Josep Maria. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

RODRIGUES, M. de F. A. **A estimulação da criança especial em casa: entenda o que acontece no sistema nervoso da criança deficiente e como você pode atuar sobre ele**. São Paulo: Atheneu, 2001.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia Afetiva**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: vozes, 2001.

REGO, Tereza Cristina R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygitskiana**. In: AQUINO, J.G. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo, summus, 1996.

VICTORA, Ceres Gomes. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

ZAGURY, Tânia. **Limites sem trauma**. 12ª ed. Rio Janeiro: Ed. Record, 2001.

Educar sem culpa: A Gênese da Ética. 19ª ed. Rio DE Janeiro. Ed. Record 2002.

Escola sem conflito: parceria com os pais. Rio de Janeiro. Ed. Record 2002.

ANEXOS

APÊNDICE A. (Carta de Apresentação)



Universidade de Brasília – UnB



Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

A (o) Diretor (a)

Escola Estadual Profª Eunice Pereira de Camargo

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual do qual 2 (duas) dentre as 20 (vinte) turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do Estado de SP (pólo UAB-UnB de Itapetininga). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

È requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista, observação e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores / servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pela Professora cursista **Silmara Ferreira Piedade e Silva** sob orientação da Professora Mestra Vasti Gonçalves de Paula Correia, cujo tema é: “**REGRAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA**” para que possa ser desenvolvido na escola.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos por meio do e-mail: vastiprofessora@gmail.com. (Profª. Mestra Vasti Gonçalves de Paula Correia, Orientadora) ou divamaciel52@gmail.com (Profª. Doutora Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel,).

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

APÊNDICE B: (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO)



Universidade de Brasília – UnB



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (ª) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa **“REGRAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS”** de responsabilidade da pesquisadora Silmara Ferreira Piedade e Silva, orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília (UAB-UnB) estou realizando um estudo sobre **“A importância das regras e dos limites na formação da criança na família e na escola”**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos, favorecendo o processo de formação continuada dos professores nesse contexto.

Constam da pesquisa observações das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs, INCLUSAÕ, etc., entrevistas com os professores, pais e outros no intuito de coleta dados necessário para este estudo. Para isso, solicito sua autorização em participar como objeto de estudo.

Esclareço que a participação é voluntária. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone (15 - 91047585) ou no endereço eletrônico silmarapiedade@globocom Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Silmara Ferreira Piedade e Silva

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome:

Cargo/função:

E-mail (opcional):

Telefone (____) _____ celular (____)

Assinatura:

5- Os limites em sua casa se estabelecem de formas diferentes entre os filhos e se acreditam ser o mesmo importante para a convivência social.

APÊNDICE D: ENTREVISTA 2 - PROFESSORAS

1- Você considera importante as regras e limites para crianças ?

sim

não

2-A família deixa de lado as questões dos limites para as crianças especiais:

por dificuldades de entender

por dificuldades de aceitá-las

por pena

por desconhecimento da sua importância no desenvolvimento

3-Você como professora acha que a criança quando chega à escola não trouxe de sua família noções de regras e limites?

sim

não

4- O que você como professora acha que a escola pode fazer para que esses alunos sem limites tenham um melhor rendimento?
